



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Estado do
Rio Grande Norte – SFA/RN



**PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2009**

MARÇO/2010

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Natal, 26/03/2010

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURA/ SIGLA	NOME/TÍTULO
ADP	Agente de Desenvolvimento de Pessoas
AGE	Assessoria de Gestão Estratégica
AGU	Advocacia Geral da União
AIE	Anemia Infecciosa Equina
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APHIS	Animal and Plant Health Inspection Service
Art.	Artigo
BPF	Boa Prática de Fabricação
CFO	Certificação Fitossanitária na Origem
CGU	Controladoria Geral da União
CODERN	Companhia Docas do Rio Grande do Norte
COSAVE	Comitê de Sanidade Animal e Vegetal do Cone Sul
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DN	Decisão Normativa
DT	Divisão Técnica
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
FFA	Fiscal Federal Agropecuário
GAB	Gabinete do Superintendente
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GTA	Guia de Trânsito Animal
IDIARN	Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte
IFERN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IG	Indicação Geográfica
IN	Instrução Normativa
INFRAERO	Empresa de Infraestrutura Aeroportuária
MANUT	Manutenção dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas do MAPA
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NAJ	Núcleo de Assessoramento Jurídico
Port.	Portaria
PPA	Plano Plurianual de Ação
PROVERH	Programa de Valorização e Estímulo dos Recursos Humanos
PSC	Peste Suína Clássica
RAE	Relatório de Avaliação Estratégica
RG	Relatório de Gestão
SAD	Serviço de Administração
SAG	Seção de Atividades Gerais
SAPE/RN	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Governo do Rio Grande do Norte
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SEDEC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
SEDESA	Serviço de Defesa Agropecuária

ABREVIATURA/ SIGLA	NOME/TÍTULO
SEFAG	Serviço de Fiscalização Agropecuária
SEOF	Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SEPDAG	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte
SICASQ	Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus Produtos
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIPAG	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
SPA	Seção de Planejamento e Acompanhamento
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SRH	Seção de Recursos Humanos
TCU	Tribunal de Contas da União
ULSAV	Unidades Locais de Sanidade Agrícola e Vegetal
USDA	United States Department of Agriculture
UVAGRO	Unidade de Vigilância Agropecuária
VIGIAGRO	Serviço de Vigilância Internacional Agropecuária

LISTA DE TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

TABELA	TÍTULO	PÁG
TABELA 1	Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual	11
TABELA 2	Plano de Ação e Diretrizes da Gestão Estratégica na SFA/RN no exercício de 2009 (Data de Implantação em 12/01/2009 e “Follow-up” em 27/12/2009)	14
TABELA 3	Dados Gerais do Programa de Segurança Fitozoossanitária do Trânsito de Produtos Agropecuários (Sistema de Gestão da Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO)	15
TABELA 4	Dados Gerais do Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	16
TABELA 5	Dados Gerais do Programa Segurança da Sanidade Agropecuária	16
TABELA 6	Dados Gerais do Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA	17
TABELA 7	Dados Gerais do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina – PNCRH	17
TABELA 8	Dados Gerais do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose – PNCEBT	18
TABELA 9	Dados Gerais do Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos - PNSAA	18
TABELA 10	Dados Gerais do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE	19
TABELA 11	Dados Gerais do Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos - PNSS	19
TABELA 12	Dados Gerais do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	20
TABELA 13	Dados Gerais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	20
TABELA 14	Dados Gerais do Programa de Propriedade Intelectual	20
TABELA 15	Dados Gerais do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	21
TABELA 16	Dados Gerais do Programa Apoio Administrativo	21
TABELA 17	Dados Gerais da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos	22
TABELA 18	Dados Gerais da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos	22
TABELA 19	Dados Gerais da Ação Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal	23
TABELA 20	Dados Gerais da Ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	25
TABELA 21	Dados Gerais da Ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais	27
TABELA 22	Dados Gerais da Ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário	28
TABELA 23	Dados Gerais da Ação Mecanização Agrícola	28
TABELA 24	Dados Gerais da Ação Fiscalização de Contratos de Repasse	29
TABELA 25	Dados Gerais da Ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários	29
TABELA 26	Dados Gerais da Ação Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica de Alimentos	30
TABELA 27	Dados Gerais da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.	31
TABELA 28	Dados Gerais da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.	31
TABELA 29	Dados Gerais da Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	33
TABELA 30	Principais Resultados da Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	33
TABELA 31	Dados Gerais da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos	34
TABELA 32	Principais Resultados da Ação Vigilância do Trânsito Interestadual de Animais, seus	35

TABELA	TÍTULO	PÁG
	Produtos e Insumos	
TABELA 33	Dados Gerais da Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	35
TABELA 34	Resultados da Execução do Programa Nacional de Sanidade Avícola na SFA/RN em 2009	36
TABELA 35	Resultados da Execução do Programa de Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina na SFA/RN em 2009	37
TABELA 36	Resultados da Execução do Programa de Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina na SFA/RN em 2009	37
TABELA 37	Resultados da Execução do Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos na SFA/RN em 2009	39
TABELA 38	Resultados da Execução do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos na SFA/RN em 2009	40
TABELA 39	Dados Gerais da Ação Erradicação da Febre Aftosa	41
TABELA 40	Resultados da Execução da Ação Erradicação da Febre Aftosa em 2009 na SFA/RN	42
TABELA 41	Dados Gerais da Ação Fiscalização de Sementes e Mudanças	44
TABELA 42	Dados Gerais da Ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	44
TABELA 43	Dados Gerais da Ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal	44
TABELA 44	Dados Gerais da Ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	45
TABELA 45	Conformidade dos Produtos Objetos das Ações do SEFAG e da SFA/RN no Exercício de 2009	46
TABELA 46	Índice de Conformidade por das Ações do SEFAG e da SFA/RN no Exercício de 2009	46
TABELA 47	Dados Gerais da Ação Manutenção dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas	47
TABELA 48	Programação das Despesas Correntes	47
TABELA 49	Programação das Despesas de Capital	48
TABELA 50	Programação das Despesas e Reserva de Contingência	48
TABELA 51	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	48
TABELA 52	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ	49
TABELA 53	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários da UJ	50
TABELA 54	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários da UJ	50
TABELA 55	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos pela UJ	51
TABELA 56	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ	51
TABELA 57	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ	52
TABELA 58	Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	52
TABELA 59	Evolução dos Gastos Gerais na SFA/RN no período de 2007/2009	52
TABELA 60	Execução Física e Financeira da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos	53
TABELA 61	Execução Física e Financeira da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos	53
TABELA 62	Execução Física e Financeira da Ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário	54
TABELA 63	Execução Física e Financeira da Ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos	54
TABELA 64	Execução Física e Financeira da Ação Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica de Alimentos	55
TABELA 65	Execução Física e Financeira da Ação Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos,	56

TABELA	TÍTULO	PÁG
	Subprodutos e Derivados de Origem Animal – INSPANIMAL	
TABELA 66	Execução Física e Financeira da Ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – INSPVEGETAL	56
TABELA 67	Execução Física e Financeira da Ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - PADCLASSIF	57
TABELA 68	Execução Física e Financeira da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos	58
TABELA 69	Execução Física e Financeira da Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	58
TABELA 70	Execução Física e Financeira da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos	59
TABELA 71	Execução Física e Financeira da Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL	59
TABELA 72	Execução Física e Financeira da Ação Erradicação da Febre Aftosa	60
TABELA 73	Execução Física e Financeira da Ação Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM 1	60
TABELA 74	Execução Física e Financeira da Ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI 1	60
TABELA 75	Execução Física e Financeira da Ação Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal – FISCINAN	61
TABELA 76	Execução Física e Financeira da Ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET 1	61
TABELA 77	Execução Física e Financeira da Ação Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – MANUT/SFA/RN	61
TABELA 78	Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009	64
TABELA 79	Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009	65
TABELA 80	Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área-fim no Exercício de 2009	65
TABELA 81	Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009	66
TABELA 82	Quadro de Detalhamento de Transferências Vigentes no Exercício de 2009 na SFA/RN	67
TABELA 83	Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU	71
TABELA 84	Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício de 2009	74
FIGURA 1	Mapa Estratégico 2006/2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	75
FIGURA 2	Desenho Estilizado do Mapa Estratégico do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	76
FIGURA 3	Resumo Consolidado do Relatório de Análise Estratégica da SFA/RN – 4º Trimestre de 2009	77
FIGURA 4	Declaração sobre Disponibilidade e Atualização de Informações no Sistema de Administração de Serviços Gerais (SIASG) no Exercício de 2009 na SFA/RN	78
FIGURA 5	Declaração sobre Disponibilidade e Atualização de Informações no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV no Exercício de 2009 na SFA/RN	79
FIGURA 6	Declaração do Contador Responsável pela SFA/RN	80

SUMÁRIO

ITEM	ASSUNTO	PÁG.
	INTRODUÇÃO	10
1	Identificação	11
2	Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticas	11
2.1	Responsabilidades Institucionais da Unidade	11
2.2	Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	12
2.3	Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade	15
2.3.1	Relação dos Programas e suas Principais Ações	15
2.3.1.1	Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários	15
2.3.1.2	Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	16
2.3.1.3	Programa 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária	16
2.3.1.4	Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	20
2.3.1.5	Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	20
2.3.1.6	Programa 0393 – Propriedade Intelectual	20
2.3.1.7	Programa 1225 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	21
2.3.1.8	Programa 0750 - Apoio Administrativo	21
2.3.2	Principais Ações do Programa	21
2.3.2.1	Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos	22
2.3.2.2	Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos	22
2.3.2.3	Ação 2145 – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal	23
2.3.2.4	Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	25
2.3.2.5	Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais	26
2.3.2.6	Ação 005A - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário	28
2.3.2.7	Ação 109D – Mecanização Agrícola	28
2.3.2.8	Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse	29
2.3.2.9	Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários	29
2.3.2.10	Ação 4748 - Organização e Capacitação de Agentes atuantes em Produção Orgânica de Alimentos	30
2.3.2.11	Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.	31
2.3.2.12	Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	33
2.3.2.13	Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos	34
2.3.2.14	Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	35
2.3.2.15	Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa	41
2.3.2.16	Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas	43
2.3.2.17	Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	43
2.3.2.18	Ação 2124 – Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal	44
2.3.2.19	Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	44
2.3.2.20	Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas	45
2.4	Desempenho Operacional	46

2.4.1	Programação Orçamentária	46
2.4.2	Execução Orçamentária	48
2.4.3	Evolução dos Gastos Gerais	51
2.4.4	Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ	52
2.4.5	Indicadores de Desempenho ou Institucionais	60
3.	Informações sobre a Composição de Recursos Humanos	64
4.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	65
5.	Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	65
6.	Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	66
7.	Previdência Complementar Patrocinada	70
8.	Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	70
9.	Renúncias Tributárias	70
10.	Operações de Fundos	70
11.A	Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	70
11.B	Determinações e Recomendações do TCU	70
12.	Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no Exercício	73
13.	Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	73
14.	Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	73
15.	Informações Contábeis da Gestão	73
16.	Contéudos específicos por UJ ou grupo de unidade afins	73
	ANEXOS	74-80

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão do Exercício de 2009 segue as orientações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União¹, com informações e dados sobre a economia, a eficácia, a eficiência e a efetividade dos serviços públicos prestados pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte (SFA-RN), unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que irão facilitar uma análise crítica pelos órgãos de controle externo do Governo Federal.

Seu conteúdo se compõe de uma primeira parte, com as Informações Gerais sobre a Gestão e de uma segunda parte, constituída das Informações Contábeis da Gestão. Não se aplicam à realidade da SFA/RN neste Relatório de Gestão 2009 os seguintes itens constantes na Decisão Normativa nº 100/2009 do TCU: na parte de Informações Gerais sobre a Gestão: 4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; 7. Previdência complementar patrocinada; 8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos; 9. Renúncias tributárias; 10. Operações de fundos; 11.a Recomendações do Órgão ou Controle Interno (auditorias CGU); e na parte de Informações Contábeis da Gestão: 2. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas; 3. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas; 4.a) Composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação; b) Posição da Unidade Jurisdicionada como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora); e 5. Parecer de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

As páginas seguintes contêm informações sobre as responsabilidades institucionais da SFA/RN e o seu papel na execução das políticas públicas federais relacionadas à agricultura, pecuária e ao desenvolvimento rural do Estado do Rio Grande do Norte. Este documento relaciona os Programas e as Ações do Plano Plurianual de Ação – PPA para o período de 2008/2011, em execução pelos diversos serviços finalísticos e de apoio administrativo desta Superintendência, apresentando as suas metas físicas e orçamentárias programadas e executadas, além de informações técnicas e gerenciais. Também apresenta a inserção do Plano Estratégico do MAPA 2006/2015 na Superintendência, com a realização da Oficina sobre Gestão Estratégica para a Média Gerência, a capacitação dos servidores com a utilização da ferramenta de comunicação do Mapa de Aprendizagem e o Relatório de Análise Estratégica (RAE) referente ao quatro trimestre de 2009.

É importante registrar a parceria mantida entre a SFA/RN e a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE) do Governo do Rio Grande do Norte, principalmente através do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN). Essas ações conjuntas resultaram, entre outras metas alcançadas, na consolidação do “status” sanitário do estado do Rio Grande do Norte para a Febre Aftosa, que, de “risco desconhecido” passou a “risco médio” em 2008, conquista também que deve ser atribuída à parceria com os criadores e as suas associações de classe. O aumento de 50% na participação de animais na Exposição Estadual de Animais (Festa do Boi), realizada em Outubro de 2009 no Parque de Exposições Agropecuárias Aristóphanes Fernandes, em Parnamirim, é a mostra desse importante acontecimento no agronegócio potiguar, que contou com o decisivo apoio do Ministério da Agricultura, com investimentos da ordem de R\$7 milhões nos últimos cinco anos

O esforço para dotar a SFA/RN de uma estrutura organizacional e de um modelo de gestão pública voltado para resultados e para o atendimento ao cidadão norte-rio-grandense, iniciado anos atrás, prosseguiu em 2009.

Natal/RN, Março de 2010.

JOSÉ TEIXEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Superintendente Federal de Agricultura
no Estado do Rio Grande do Norte

¹ Portaria CGU Nº 2.270, de 19 de Dezembro de 2008, que regulamenta a Instrução Normativa TCU nº 57/2008 e a Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e a Portaria nº 389/2009, do Tribunal de Contas da União – TCU

1. Identificação

TABELA 1 - Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no RN			
Denominação abreviada: SFA/RN			
Código SIORG: 002808	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130023	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura: Federal, Estadual, Municipal			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(084) 4006-9675	(084) 4006-9679	(084) 4006-9650 fax
Endereço eletrônico: gab-rn@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Engenheiro Hildebrando de Góis, 150, Edifício Fernando Costa, Ribeira, Natal/RN, 59010-700			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962 publicada no DOU de 12/10/1962.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A estrutura organizacional da SFA/RN é regulamentada pela Portaria nº 300, de 16/06/2005 que criou o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados da Federação e Distrito Federal.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
<i>Não se Aplica</i>	<i>Não se Aplica</i>		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
<i>Não se Aplica</i>		<i>Não se Aplica</i>	

Fonte: SPA/SFA-RN

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

A missão institucional da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte é “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

De acordo com a Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005, que criou o Regimento Interno das Superintendências, a SFA/RN tem como atribuições legais a coordenação e a execução das políticas públicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) voltadas para o Estado do Rio Grande do Norte.

Essas políticas públicas federais compreendem ações nas áreas de fiscalização de insumos agropecuários (sementes, mudas e viveiros; fertilizantes, corretivos e inoculantes; rações e concentrados; produtos para uso veterinário; aviação agrícola), defesa sanitária agropecuária (controle zoossanitário e fitossanitário de doenças e pragas; credenciamento de clínicas veterinárias;), inspeção e classificação de produtos de origem animal e vegetal, fomento e desenvolvimento da política agropecuária (contratos de repasse, emendas parlamentares, indicação geográfica e agricultura orgânica) e vigilância internacional agropecuária (porto, aeroporto e correios).

2.2 Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) iniciou em 2004 um amplo diálogo com o setor agropecuário na busca de soluções para quatro grandes questões de tendências globais e nacionais: a) consumo nacional e mundial de produtos agropecuários daqui a duas ou três décadas; b) demandas que o agronegócio poderá atender e c) como o Brasil poderá participar do atendimento dessas demandas e d) quais políticas públicas o MAPA precisa desenvolver para respondê-las.

Ainda em 2004 o MAPA iniciou um amplo diálogo com o setor agropecuário. Na busca de soluções negociadas, criou diversas Câmaras Setoriais, com o objetivo de melhor identificar as suas necessidades. Entretanto, era preciso adequar a instituição a essas mudanças. Paralelamente a um processo de reestruturação organizacional, fundamentado no Modelo de Excelência da Gestão Pública, foi iniciada a implantação de um processo de gestão estratégica, como forma de dar respostas às demandas a curto, a médio e a longo prazos.

A criação da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) pelo Decreto nº 5351, de 21 de janeiro de 2005, vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi o primeiro e importante passo, acrescida posteriormente com a publicação da Portaria nº 423, de 10 de outubro de 2005, instituindo a gestão estratégica no MAPA.

Em 2006, o MAPA elaborou o primeiro Plano Estratégico – documento que apresenta de forma sintética o horizonte de 2006 a 2015, mostrando como a instituição responderá a esses desafios. Em 2009, tendo como base a vivência dos últimos três anos na implementação da Gestão Estratégica no Mapa, foi gerada a sua segunda versão mais ajustada à nova realidade do agronegócio brasileiro.

A nova forma gerencial foca a atuação estratégica, priorizando os resultados a serem obtidos e o comprometimento da organização como um todo, com as suas estratégias e a satisfação dos seus públicos de interesse. Essa estratégia organizacional é elaborada a partir da definição de sua Missão (“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”) e de sua Visão de Futuro (“**Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio**”).

A partir das tendências globais e nacionais, da Missão e da Visão de Futuro e da definição dos públicos de seu interesse, foi elaborado o **Mapa Estratégico** do MAPA (**Figura 1, Anexos**), uma representação gráfica desses desafios e contemplando um conjunto de 25 Objetivos Estratégicos, distribuídos em quatro perspectivas: a) da sociedade; b) do agronegócio e parceiros; c) de processos internos e d) de pessoas, aprendizado e crescimento. As perspectivas da sociedade e do agronegócio e parceiros conduzem aos

interesses externos do MAPA, enquanto as perspectivas de processos internos e de pessoas, aprendizado e crescimento levam aos interesses e às demandas do público interno da organização.

A implantação da gestão estratégica na SFA/RN ocorreu em 2009 com a realização das oficinas do mapa de aprendizagem, ferramenta de comunicação e treinamento que inclui uma ilustração, um facilitador e um roteiro de discussão, para facilitar o entendimento sobre a Gestão Estratégica do MAPA. Os participantes das oficinas trocam e adquirem conhecimentos, tendo como estímulo a imagem apresentada. Por meio de dinâmicas, discutem as ilustrações de acordo com o roteiro conduzido pelo facilitador. O treinamento com a utilização do mapa de aprendizagem na SFA/RN atingiu em 2009 todos os seus servidores.

No desdobramento dos vinte e cinco Objetivos Estratégicos do MAPA, quatro deles têm alto impacto sobre as ações executadas pela SFA/RN:

- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos;
- Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio;
- Estimular a agregação de valor na produção agropecuária;
- Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias

Isso, entretanto, não significa que os demais Objetivos Estratégicos não tenham direta ou indiretamente alguma influência e impacto sobre os diversos serviços finalísticos e de apoio administrativo existentes na Superintendência.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atua como órgão executor de 22 (vinte e dois) programas do PPA 2008-2011. Dentre eles, 8 (oito) programas foram desenvolvidos no exercício de 2009 no Estado do Rio Grande do Norte, correspondendo a 20 (vinte) ações.

A SFA/RN atua e contribui para o alcance das metas nacionais desses programas governamentais e as ações correspondentes, os objetivos e os beneficiários, respectivamente, assim como as metas físicas estão descritas neste relatório. Os resultados das ações executadas pelos serviços da Divisão Técnica são apresentados nas diversas tabelas, mencionando-se a descrição das atividades da ação, as metas programadas e alcançadas, o desempenho operacional e os resultados alcançados, analisados criticamente, considerando os seus aspectos positivos e as oportunidades de melhoria.

Convém mencionar que as metas que constam neste relatório são aquelas para as quais foram descentralizados créditos orçamentários e financeiros para a Superintendência no exercício de 2009.

II – Plano de Ação referente ao exercício a que se refere o Relatório de Gestão

Para o exercício de 2009, alinhada com o **Planejamento Estratégico do MAPA**, a SFA/RN estabeleceu um Plano de Ação com **oito** pontos principais:

1 - Difundir Missão, Visão de Futuro e Plano Estratégico do MAPA através do instrumento “Mapa de Aprendizagem” – plenamente atingido, com 100 % dos servidores capacitados;

2 - Priorizar o cumprimento das atribuições da Seção de Planejamento e Acompanhamento (SPA) – após diagnóstico de clima organizacional, realizado em 2008, revelar oportunidades de melhora no SPA, várias ações foram promovidas, destacando-se a realização de reuniões ordinárias e semanais onde todos os serviços passaram a debater e apontar soluções aos problemas da SFA/RN;

3 - **Dar continuidade às ações já iniciadas** – vários trabalhos de melhoria de gestão foram realizados já em 2008, sendo preocupação desta SFA a continuidade dos mesmos, o que fora alcançado em quase sua totalidade, destacando-se os cursos e treinamentos para áreas específicas, eventos comemorativos e de valorização dos servidores;

4 - **Apoiar ações dos ADP e implantação do PROVERH** – aplicados à gestão de pessoas, os Agentes de Desenvolvimento de Pessoas (ADP) realizaram no segundo semestre de 2009 intensas campanhas de participação dos servidores nas ações do PROVERH, sendo a mais importante delas o programa “Caminhos do Conhecimento”, onde o MAPA disponibilizou a todos os funcionários a oportunidade de participar de cursos a distância promovidos em conjunto com a Universidade de Santa Catarina, em temas de interesse da instituição;

5 - **Apoiar e dar continuidade às ações do Gespública** – atuando como organização âncora do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) no Estado do Rio Grande do Norte, foram promovidas não só as ações previstas para a SFA, como intenso apoio à outras instituições interessadas na adesão e desenvolvimento desse importante programa de melhoria do atendimento público.

6 - **Direcionar o Plano Estratégico da SFA-RN para as tarefas que geram indicadores que o Ministro da Agricultura prioriza dentro da Visão de Futuro para 2010** – o atual Ministro da Agricultura elencou 15 prioridades dentro do Planejamento Estratégico do Ministério com perspectiva para realização como Visão de Futuro até o final de 2010. A SFA/RN focou suas ações na realização dessas tarefas estratégicas, atingindo em média 60 a 90 % de realização em áreas cuja atuação lhe fosse pertinente, com indicadores apontados e divulgados através do **Relatório de Análise Estratégica – RAE**, publicado no início de 2010.

7 - **Adotar e implantar relatórios e indicadores segundo modelo do Planejamento Estratégico** – meta plenamente atingida com indicadores descritos no Relatório de Análise Estratégica, conforme preconizado pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura.

8 - **Promover divulgação das ações da SFA/RN e do MAPA como um todo** – ainda derivado do Planejamento Estratégico do MAPA, esta SFA manteve ações para promover positivamente a imagem da instituição, estando presente em 8 (oito) edições do boletim eletrônico *Intercom*, de circulação interna e sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro da Agricultura, e 14 (quatorze) notícias externas, algumas das quais com alcance nacional como a realização da Reunião Internacional do *Codex Alimentarius* para Resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos, Encontro Nacional de Fitossanidade (ENFIT) e Reunião Anual de Insumos Agrícolas (RAIA), eventos realizados em Natal/RN.

Para a difusão e gerenciamento das tarefas elencadas, a Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA designou Interlocutores de Gestão Estratégica para cada Superintendência Federal em seus estados. A partir de então, esses interlocutores montaram o Plano de Ação Diretrizes 2009, sendo que para item deste plano derivam um ou tantos quantos forem necessários Planos de Ação secundários, sendo essa ferramenta imprescindível para o acompanhamento das tarefas a serem executadas, tal qual o ciclo PDCA que passou a ser usada rotineiramente pela equipe dos Interlocutores. Na **TABELA 2** descreve-se resumidamente o Plano de Ação Diretrizes 2009, com último *follow-up* em dezembro/2009.

TABELA 2 – Plano de Ação e Diretrizes da Gestão Estratégica na SFA/RN no exercício de 2009 (Data de Implantação em 12/01/2009 e “Follow-up” em 27/12/2009)

AÇÃO	RESPONSÁVEL	DATA LIMITE	FOLLOW-UP
1 - Difundir Missão, Visão de Futuro e	Interlocutores AGE	Dezembro/09	Concluído em junho/2009

AÇÃO	RESPONSÁVEL	DATA LIMITE	FOLLOW-UP
Plano Estratégico do MAPA através do sistema de Mapa de Aprendizagem			
2 - Priorizar o cumprimento das atribuições do Serviço de Planejamento e Acompanhamento	Interlocutores AGE e Chefes de Serviço	Dezembro/09	Realizadas reuniões semanais ordinárias de março a dezembro
3 - Dar continuidade às ações já iniciadas	Interlocutores AGE e todos os servidores	Dezembro/09	80 % realizado
4 - Apoiar ações dos ADP e implantação do PROVERH	Interlocutores AGE e Agentes de Desenvolvimento de Pessoas	Dezembro/09	Todas ações apoiadas
5 - Apoiar e dar continuidade às ações do Gespública	Interlocutores AGE e Coordenador Estadual Gespública	Dezembro/09	SFA continua como âncora
6 - Direcionar o Plano Estratégico da SFA/RN para as tarefas que geram indicadores que o Ministro prioriza dentro da Visão de Futuro para 2010	Interlocutores AGE e todos os serviços	Dezembro/09	Realizado conforme publicado no ERA
7 - Adotar e implantar relatórios e indicadores segundo modelo do Planejamento Estratégico	Interlocutores AGE e todos os serviços	Dezembro/09	Realizado conforme RAE
8 - Promover divulgação das ações da SFA/RN e do MAPA como um todo	Interlocutores AGE e Setor de Comunicações	Dezembro/09	Realizado 14 matérias externas e 8 internas

Fonte: GAB/SFA-RN

2.3 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade Jurisdicionada

2.3.1 Relação dos Programas

A SFA/RN executa 7 (sete) Programas Finalísticos de Governo que constam do Plano Plurianual de Ação (PPA) 2008/2011 do Governo Federal, distribuídos em 19 (dezenove) Ações. As Ações destes Programas são executadas pelos diversos serviços finalísticos, relacionados a seguir, sob a coordenação direta da Divisão Técnica da Superintendência, que, por sua vez segue orientações e a gestão estratégica da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do MAPA.

Executa também 1 (um) programa de apoio administrativo, responsável pela Manutenção das Atividades de Apoio Administrativo (MANUT), sob a coordenação do Serviço de Administração e de suas diversas Seções e Setores, que segue as orientações da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) da Secretaria-Executiva do MAPA.

2.3.1.1 PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA FITOZOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (Sistema de Gestão da Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO)

É de responsabilidade do Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO) e atua no Porto de Natal e no Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Parnamirim (RN).

TABELA 3 – Dados Gerais do Programa de Segurança Fitozoossanitária do Trânsito de Produtos Agropecuários (Sistema de Gestão da Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO)

Tipo de programa	Programa finalístico.
Objetivo geral	Garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por

	meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
Gerente do programa	Secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Coordenador Geral do Vigiagro, Oscar de Aguiar Rosa Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Fiscalização realizada.
Público-alvo (beneficiários)	Clientela interna – Seções e serviços da SFA/RN e demais áreas técnicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Clientela externa – Receita Federal, INFRAERO, ANVISA, CODERN, Empresas aéreas, Empresas marítimas, Despachantes Aduaneiros, Importadores e Exportadores e a sociedade.

Fonte: VIGIAGRO/DT/SFA/RN

2.3.1.2 PROGRAMA 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

É de responsabilidade do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) e atua junto aos estabelecimentos industriais com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) nas áreas de produtos de origem animal (carne, leite, ovos, mel de abelhas, pescado e seus derivados) e de origem vegetal (bebidas e polpa de frutas).

TABELA 4 – Dados Gerais do Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa (1)	Programa Finalístico
Objetivo geral (2)	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários
Objetivos Específicos (3)	Garantir a segurança alimentar e promover o apoio técnico-científico às ações de Defesa, Vigilância e Fiscalização para garantir a qualidade e a sanidade do rebanho nacional, nas lavouras, dos insumos e dos produtos da área animal e vegetal.
Gerente do programa (4)	Inácio Afonso Kroetz – Secretário de Defesa Agropecuária.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (5)	Geraldo Marcelino Carneiro Pereira do Rego – Chefe do SIPAG/DT/SFA/RN
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (6)	1. Estabelecimentos Inspeccionados 2. Produtos Tipificados 3. Estabelecimentos Qualificados
Público-alvo (beneficiários) (7)	Cadeia Agropecuária: Produtores, indústrias, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor final.

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

2.3.1.3 PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA

É de responsabilidade do Serviço de Defesa Agropecuária (SEDESA) que atua em duas áreas distintas: sanidade animal e sanidade vegetal.

TABELA 5 – Dados Gerais do Programa Segurança da Sanidade Agropecuária

Tipo de programa (1)	Programa Finalístico
Objetivo geral (2)	Garantir a segurança alimentar.
Objetivos Específicos (3)	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo as exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do programa (4)	André Felipe C. P. da Silva
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (5)	Francisco Neuton Lima
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (6)	Fiscalização realizada e hectare.
Público-alvo (beneficiários) (7)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais

	integrantes da cadeia produtiva agropecuária.
--	---

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Observação:

Na Ação 86580000 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL (vide Tabela 32) foram desenvolvidos os seguintes **Programas Sanitários:**

A) PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA – PNSA

TABELA 6 - Dados Gerais sobre o Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	Reduzir a incidência de doenças na avicultura.
Descrição	Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA): registro de propriedades, controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de aves nos estados participantes do PNSA, vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados da doença de Newcastle com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da OIE; e treinamento e reciclagem dos profissionais em relação às doenças aviárias e às atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro dos sistemas produtivos diferenciados e outros de interesse do PNSA.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a este programa sanitário	Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	SFA/RN e IDIARN/SAPE
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução	SEDESA/DT
Coordenador Nacional do PNSA	Regina Darcie
Responsável no nível local	Ana Cristina de Souza Duarte

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

B) PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS E DA PREVENÇÃO DA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA - PNCRH

TABELA 7 - Dados Gerais do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e da Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina - PNCRH

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	Controle da raiva dos herbívoros e a prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), enfermidade exótica no Brasil, com altíssimo potencial de restrição ao comércio internacional de produtos de origem animal.
Descrição	Definição de campanhas de vacinação de bovídeos e eqüídeos, combate aos morcegos hematófagos e a outros transmissor eventualmente identificados nos focos de Raiva, educação sanitária em comunidades, análise laboratorial de indivíduos transmissores, verificação de coeficientes de mordeduras e da dinâmica das populações, controle e fiscalização de importações e de ingressos no país de possíveis fontes de infecção da Encefalopatia Espongiforme Bovina, inspeção e fiscalização de plantas e

	processos de produção de ração para animais, exames clínicos e epidemiológicos, análise laboratorial de material encefálico, interdição de propriedade e declaração de quarentena, sacrifício e incineração de animais, análise de processos de indenização, limpeza e desinfecção das áreas focos, redistribuição dos laboratórios de histopatologia e imunohistoquímica, capacitação de médicos veterinários e demais agentes para a identificação de animais com sinais clínicos nervosos e sua diferenciação; e elaboração de instrumentos normativos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a este programa sanitário	Departamento de Saúde Animal e/ou Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	SFA/RN e IDIARN/SAPE
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução	SEDESA/DT
Coordenador Nacional do PNCRH	Elaine Fátima de Sena
Responsável em nível local	Raimundo de Souza Reis

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

C) PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE - PNCEBT

TABELA 8 - Dados Gerais do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	Controlar e erradicar a Tuberculose e a Brucelose
Descrição	Definição de campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose, certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose, credenciamento e capacitação de médicos veterinários e laboratórios, padronização de métodos e fiscalização da infraestrutura laboratorial de diagnose das zoonoses, conclusão de diagnóstico epidemiológico de brucelose e tuberculose em escala nacional, incluindo estimativa de prevalência, identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção, implantação de sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a este programa sanitário	Departamento de Saúde Animal e/ou Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	SFA/RN e IDIARN/SAPE
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução	SEDESA/DT
Coordenador Nacional do PNCEBT	José Ricardo Lobo
Responsável no nível local	Eleu de Oliveira Pereira

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

D) PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS ANIMAIS AQUÁTICOS – PNSAA

TABELA 9 - Dados Gerais do Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos - PNSAA

Tipo	Não Orçamentária
-------------	------------------

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

Finalidade	Reduzir a incidência de doenças na aqüicultura.
Descrição	Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos (PNSAA): cadastro e controle sanitário de estabelecimentos de reprodução e de engorda de animais aquáticos, vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados das doenças de notificação obrigatória, com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da OIE; e treinamento e reciclagem dos profissionais em relação às doenças e às atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro dos sistemas produtivos diferenciados e outros de interesse do PNSAA.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Departamento de Saúde Animal e/ou Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	SFA/RN e IDIARN/SAPE
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SEDESA/DT
Coordenador Nacional do PNSAA	José Cunha Barros
Responsável no nível local	Raimundo de Souza Reis

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

E) PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS EQUÍDEOS – PNSE

TABELA 10 - Dados Gerais do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	Reduzir a incidência de doenças na Equideocultura e da criação de pequenos e médios animais
Descrição	Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE): Controle sanitário dos estabelecimentos produtores de equídeos nos estados participantes do PNSE, vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados da Anemia Infecciosa Equina (AIE) e Mormo, com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da OIE; e treinamento dos profissionais em relação às doenças dos equídeos e às atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança e outros de interesse do PNSE.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Saúde Animal e/ou Secretaria de Defesa Agropecuária.
Unidades Executoras	SFA/RN e IDIARN/SAPE
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução	SEDESA/DT
Coordenador Nacional do PNSE	André Pereira Bompert
Responsável no nível local	Rejane Maria Lemos Santos.

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

F) PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS SUÍDEOS – PNSS

TABELA 11 - Dados Gerais do Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos - PNSS

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	Reduzir a incidência de doenças na suídeocultura.
Descrição	Promoção e participação em reuniões, acompanhamento de

	estudos epidemiológicos e campanha de educação sanitária, elaboração de normas e procedimentos técnicos para diagnóstico de enfermidades, criação de zona livre de doenças para certificação de granjas de reprodutores, controle da utilização de microbiológicos e demais insumos para atividade, auditorias e supervisões técnicas em órgãos oficiais de defesa sanitária animal nos estados, fiscalizações de estabelecimentos de produção de suínos .
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a este programa sanitário	Departamento de Saúde Animal e/ou Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	SFA/RN e IDIARN/SAPE
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução	SEDESA/DT
Coordenador Nacional do PNSS	Carlos Pizarro
Responsável no nível local	Ana Cristina de Souza Duarte

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

2.3.1.4 PROGRAMA 0375 – QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

É de responsabilidade do Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG) e atua nas áreas de produção de sementes e mudas, agrotóxicos, fertilizantes, corretivos, inoculantes e ração animal.

TABELA 12 - Dados Gerais do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

TIPO DE PROGRAMA	Programa finalístico.
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Objetivos específicos	
Gerente do programa	Secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Chefe do Serviço de Fiscalização Agropecuária, João Batista de Moraes Sobrinho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Fiscalizações realizadas
Público alvo (beneficiários)	A sociedade em geral, produtores agrícolas e outros empreendedores agropecuários .

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

Os Programas relacionados a seguir são de responsabilidade do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG):

2.3.1.5 PROGRAMA 6003 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

TABELA 13 – Dados Gerais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Tipo de programa	Programa finalístico
Objetivo geral	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário
Objetivos Específicos	Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Gerente do programa	Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Márcio Antônio Portocarrero
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	João Batista de Moraes Sobrinho
Indicadores ou parâmetros utilizados para	Contrato Fiscalizado

avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários)	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

2.3.1.6 PROGRAMA 0393 – PROPRIEDADE INTELECTUAL

TABELA 14 – Dados Gerais do Programa de Propriedade Intelectual

Tipo de programa	Programa finalístico.
Objetivo geral	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual
Objetivos Específicos	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social
Gerente do programa	Bivanilda Tápias
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	João Batista de Moraes Sobrinho
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento do volume de depósitos de patentes de invenção prioridade BR; • Crescimento de volume de depósitos de patentes de modelo de utilidade prioridade BR; • Prazo de análise de contratos e faturas de tecnologia; • Prazo de concessão de patentes; • Prazo de concessão de registro de desenho industrial; • Prazo para concessão de registro de marcas - Produtor atendido
Público-alvo (beneficiários)	Empresas; instituições científicas e tecnológicas; inventores isolados

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

2.3.1.7 PROGRAMA 1225 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓORGÂNICO

TABELA 15 – Dados Gerais do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - PróOrgânico

Tipo de programa	Programa finalístico
Objetivo geral	Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação
Objetivos Específicos	
Gerente do programa	Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Márcio Antônio Portocarrero
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Chefe do Serviço de Fiscalização Agropecuária, João Batista de Moraes Sobrinho
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de participação das unidades de produção orgânica no total de unidades de produção nacional; • Taxa de participação de alimentos orgânicos na produção agropecuária brasileira.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, processadores, distribuidores e consumidores de produtos orgânicos.

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

2.3.1.8 . PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

TABELA 16 – Dados Gerais do Programa Apoio Administrativo

Tipo de programa (1)	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral (2)	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos (3)	<i>Não definido</i>
Gerente do Programa (4)	-
Responsável pelo Programa no âmbito de UJ (5)	Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte, José Teixeira de Souza Júnior
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (6)	<i>Não informado no SIPLAN</i>
Público-alvo (beneficiários) (7)	Dirigentes e servidores do Governo Federal

Fonte: SPA/SAD/SFA/RN

2.3.2 Principais Ações dos Programas

PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA FITOZOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.

2.3.2.1 AÇÃO 2180 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS – FISCPLANTA.

TABELA 17 - Dados Gerais da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos – FISCPLANTA

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas de vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos e insumos agrícolas. Certificar a qualidade e a fitossanidade dos produtos agrícolas nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário no porto e aeroporto, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária.
Unidades executoras	UVAGROS/PORTO/AEROPORTO/RN.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	VIGIAGRO/RN.
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Djalma Dantas Pereira de Macedo

Fonte: VIGIAGRO/DT/SFA/RN

2.3.2.2 AÇÃO 2181 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS – FISCANIMAL.

TABELA 18 - Dados Gerais da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos e insumos pecuários. Certificar a qualidade e a zoossanidade dos produtos agropecuários nacionais na exportação.

Descrição	Vigilância e controle zoossanitário no porto e aeroporto nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária.
Unidades executoras	UVAGROS/PORTO/AEROPORTO/RN.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/RN.
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Djalma Dantas Pereira de Macedo

Fonte: VIGIAGRO/DT/SFA/RN

a) Principais resultados

O desempenho operacional da atividade de vigilância agropecuária internacional é avaliado por meio do quantitativo de fiscalizações realizadas no controle do trânsito internacional de mercadorias, embalagens de madeira e bagagens de passageiros.

De acordo com a Instrução Normativa MAPA nº 36/2006, que aprovou o Manual de Procedimentos Operacionais do Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO), a definição de partida inspecionada (fiscalização realizada) nas importações e exportações, é apurada (fórmula de cálculo) a partir da somatória dos seguintes termos emitidos: Termos de Fiscalização; Requerimentos de Fiscalização de Embalagem de Madeira despachados; Termos de Fiscalização do Trânsito Internacional de Passageiros; Termos de Retenção de Mercadoria/Produto; e Termos de Fiscalização de Bagagem/Encomenda.

b) Ações que apresentaram problemas de execução

Muito embora as metas físicas tenham sido atingidas, surgiram vários entraves no decorrer do ano nas ações, tais como: falta de material de expediente, a retirada da rede MAPA das UVAGROS/PORTO/AEROPORTO/RN, falta de empresa para a emissão de bilhete de passagem aérea e o principal, a não oficialização, pelo Secretário Executivo do MAPA, das unidades do VIGIAGRO. Para justificar a não oficialização foram levados em conta apenas os números de funcionários existentes nas unidades e a distância das mesmas da Superintendência. Para atingir a meta prevista, no FISCPLANTA, contou-se com a ajuda, na fiscalização, do Chefe da Divisão Técnica e de fiscais federais agropecuários (FFA) de outros serviços da Superintendência.

As fiscalizações do lixo de bordo de aviões e navios representam mais um ponto crítico para a eficácia da ação, devido à deficiência de pessoal (fiscal), de infraestrutura existente no porto e aeroporto e desativação do incinerador na área primária do aeroporto. O lixo de bordo dos aviões é encaminhado para o aterro sanitário e destinado à incineração.

Outro fator que compromete a eficiência e a eficácia das ações da vigilância agropecuária internacional é a deficiência de pessoal, considerando que o número de Fiscais Federais Agropecuários, Técnicos de Nível Médio e Administrativo é insuficiente para a execução das ações de competência do MAPA. Saliente-se que, a sobrecarga de trabalho a que estão expostos os servidores lotados no Sistema VIGIAGRO ocasiona o comprometimento da qualidade do trabalho executado, estresse, apatia e desmotivação.

Na UVAGRO Porto não existe na lotação de pessoal da unidade FFA Médico Veterinário, em consequência, a meta foi zero nas exportações de pescado. Os produtos são liberados pelo SIPAG/SFA/RN sem a UVAGRO tomar conhecimento, contrariando normas contidas no Manual da Vigilância Agropecuária Internacional.

Em relação à tecnologia, destacamos que a inexistência de um sistema informatizado prejudica a gestão e o controle das ações da vigilância agropecuária internacional, impossibilitando o gerenciamento das informações relativas ao trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários.

Com objetivo de desenvolver as ações e valorizar os servidores lotados nas unidades do VIGIAGRO/RN a Coordenação-Geral do VIGIAGRO ofereceu o Curso de Identificação de Madeiras e Pragas Florestais.

PROGRAMA 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

2.3.2.3 AÇÃO 2145 – INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS, SUBPRODUTOS E DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL - INSPANIMAL

TABELA 19 – Dados gerais da Ação Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal - INSPANIMAL

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal
Descrição (3)	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem produtos, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção anti-mortem dos animais de consumo humano, a inspeção de produtos industrializados, subprodutos e derivados de um modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescado, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais visando a confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Departamento Nacional de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA
Coordenador nacional da ação (5)	Judi Maria da Nóbrega – Coordenadora Geral de Inspeção – CGI/DIPOA/MAPA
Unidades executoras (6)	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG/DT/SFA/RN

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

Principais resultados

As ações de inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos e subprodutos de origem animal, desenvolvidas pelo Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) são de caráter indelegável, privativa do Governo Federal, e desta forma, a execução do programa se dá de forma direta, através dos Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, tendo por base a legislação que regulamenta estas atividades.

O Decreto nº 5.351 de 21 de janeiro de 2005 homologou a reestruturação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Portaria MAPA nº 300, de 16 de Junho de 2005, que define o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, estabelece a competência do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários, reunindo as atividades inerentes às áreas da Inspeção Animal, da Inspeção de Bebidas e da Classificação Vegetal.

No presente Relatório de Gestão, as análises referentes às Ações das Áreas da Inspeção Animal, da Inspeção de Bebida e da Classificação Vegetal, embora pertencentes a um mesmo Programa: 0356, são feitas independentemente.

Setor de Inspeção Animal

No ano de 2009, além das atividades rotineiras, foram dadas prioridades à garantia e à inocuidade alimentar, ao combate à fraude nos alimentos - onde destaca-se a pesquisa de adição de soro no leite em pó, com coleta de amostras nos diferentes pontos de venda da capital e interior; o monitoramento do leite fluído das Usinas de Leite com registro no SIPAG/RN, a coleta de amostras de carcaças de aves com remessa para o

Laboratório LANAGRO/Recife/PE, para verificar o percentual de água no frango congelado, o glazeamento no camarão e no peixe, além do mel de abelha.

Parcerias

Foi mantida a parceria com o Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte – IDIARN, no que concerne à interpretação da legislação dos diferentes produtos, aos regulamentos de padrão de identidade e à qualidade de carne, leite, peixe e mel, às visitas conjuntas de nossos Fiscais Federais na elaboração de Laudos de Vistoria de terrenos para futuras indústrias, análises de plantas de diferentes projetos de construção, análises de rótulos e palestras em seminários e reuniões técnicas.

A parceria também continua com os órgãos de Vigilância Sanitária, como a Vigilância Municipal e a Vigilância Estadual, seja no apoio e denúncias de consumidores contra produtos com registro no MAPA, ou sejam, portadores de SIF.

Em 2009 observou-se uma redução no número de estabelecimentos com registro no SIPAG/SFA/RN, devido à crise financeira mundial, repercutindo de maneira significativa nas exportações, principalmente no Setor de Pescado (peixes, camarão e lagosta). Quatro estabelecimentos processadores de camarão resolveram fechar suas portas e concentrar suas atividades em um fluxograma mais compacto de beneficiamento, enxugando conseqüentemente suas despesas. No final do ano, como a crise financeira internacional começou a reagir positivamente, 03 (três) projetos de reabilitação de entrepostos de Beneficiamento de Camarão deram entrada no SIPAG/SFA/RN.

Principais problemas

Outra dificuldade enfrentada neste ano foi à paralisação dos Setores de Microbiologia e de Físico-Químico do Laboratório de referência do Ministério da Agricultura – LANAGRO/Recife/PE, devido ao atraso nos prazos de reforma e ampliação de suas instalações.

Acrescente-se a remessa de amostras de pescado e leite para análises e pesquisas de resíduos biológicos, do Programa de Controle de Resíduos Biológicos no Laboratório de Pedro Leopoldo/MG, pois muitas das amostras não foram analisadas por não chegarem dentro das especificações de recebimento pelo Laboratório. Ressalte-se que a coleta e o acondicionamento são feitos pelos Fiscais Federais do MAPA, mas o envio é feito pela indústria sorteada.

Outra dificuldade enfrentada ao longo do ano foi a pequena quantidade de Fiscais Federais Agropecuários existentes para atender a crescente demanda de indústrias e o aprimoramento cada vez maior dos processos de certificação exigidos, não só a nível de mercado externo, como também do mercado interno.

2.3.2.4 AÇÃO 8939 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

TABELA 20 – Dados gerais da Ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - INSPVEGETAL

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de vinagres e bebidas de origem vegetal oferecidas à população.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem vegetal (DIPOV)

decisões estratégicas	
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Unidades executoras	SFA/RN

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

Bebidas e Vinagres

A inspeção e a fiscalização das bebidas, vinhos e dos derivados da uva e do vinho e dos vinagres são atribuições legais do MAPA, sendo executada pela área de bebidas e vinagres do SIPAG. Esta atividade divide-se em duas partes: 1ª parte – Registro do produto e estabelecimento do produtor, do importador e exportador: fabricantes; padronizador; engarrafador e envasilhadores de bebidas, vinagres, vinho e derivados da uva e do vinho. 2ª parte – A Inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores, fabricantes, standardizador, engarrafador e envasador de bebidas.

Inspeção e Fiscalização

A Inspeção e a Fiscalização empenham-se junto aos produtores, fabricantes, padronizadores, engarrafadores e envasilhadores de bebidas e vinagres, com o intuito de que atendam às legislações pertinentes. Desta forma, o SIPAG fiscaliza e inspeciona os seguintes produtos: Não Alcoólicos – Sucos, Polpa de Fruta, Água de Côco, Néctar, Refresco, Soda Refrigerante, etc., Fermentado Alcoólico – Fermentado de Frutas, Sidra, Hidromel, Fermentado de Cana, etc., Alcoólico por Mistura – Licor, Coquetel ou Bebida Mista, Aguardente Composta, etc., Destilado Alcoólico – Aguardente, Tequila, Rum, Whisky, etc. e Alcoólico Retificado – Vodka, Genebra, Gin, etc., e Fermentado Acético – Vinagre, etc., assim como os vinhos e derivados da uva e do vinho. A fiscalização, inspeção e os registros dos produtos e estabelecimentos são regidos pela Lei 8.918/94 que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção, a fiscalização de bebidas e autoriza a criação da Comissão Internacional de Bebidas e dá outras providências.

O Decreto 6.871 de 04 de junho de 2009, que regulamenta a Lei 8.918/94, além de outras legislações como portarias, instruções normativas, dispõem sobre a padronização, classificação, registro, produção e a fiscalização de bebidas. Com o surgimento desse Decreto, ficou revogado o anteriormente em vigor (Decreto nº 2.314/97).

Principais problemas

O setor conta, atualmente, com 01 (um) servidor de apoio administrativo e 01 (um) estagiário. No exercício de 2009 foram feitos grandes esforços para que fosse atingida a meta programada (150 unidades). O setor de bebidas carece de Fiscais Federais Agropecuários para a realização da fiscalização e trabalhos afins, pois a equipe do SIPAG/DT/SFA/RN (Área de bebidas) conta com apenas 02 (dois) FFA'S para cobrir todo o Estado do Rio Grande do Norte. Ainda há um agravante: a possível aposentadoria de uma fiscal no ano de 2010, restando, com isso, apenas 01 (um) Fiscal para realizar todo o trabalho do setor. Além disso, durante o ano de 2009, suscitaram-se várias situações que dificultaram o cumprimento das metas abaixo especificadas, quais sejam:

- Atraso na aprovação do Orçamento da União;
- Falta de equipamento permanente (impressora, computador, etc...);
- Falta de material de consumo (cartucho de tinta, papel, etc...).
- Falta de manutenção dos veículos da SFA/RN.

Os laboratórios que analisam os produtos coletados localizam-se em Recife/PE e em Fortaleza/CE, o que dificulta em grande parte a entrega dos mesmos em condições satisfatórias nos laboratórios citados, o que facilitaria de sobremaneira caso se dispusesse de um veículo com autonomia para produtos frios.

No ano de 2009 o Setor de Inspeção de Bebidas contou apenas com a participação de 01 (um) Fiscal Federal Agropecuário, haja vista que a outra Fiscal Federal existente, passou o ano quase de licenças e está em processo de aposentadoria. Mesmo assim se conseguiu atingir a meta arbitrada pela Coordenação Nacional de 150 unidades.

2.3.2.5 AÇÃO 4746 – PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS (PADCLASSIF)

TABELA 21 – Dados Gerais da Ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (PADCLASSIF)

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Aferir a conformidade e a qualidade dos produtos vegetais.
Descrição	Pesquisas pelos Laboratórios da Rede Vegetal e definição dos padrões mediante elaboração de normas; credenciamento e inspeção de empresas classificadoras de produtos vegetais; e classificação de produtos em unidades onde a atividade não está terceirizada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral da Qualidade Vegetal - CGQV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Unidades executoras	SIPAG/DT/SFA/RN

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

Principais Resultados

A Lei Nº 9.972, de 25 de Maio de 2000, regulamentada pelo Decreto Nº 6.268, de 22 de Novembro de 2007, em seu Artigo 2º, estabelece que a “classificação é o ato de determinar as qualidades intrínsecas de um produto vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com base em padrões oficiais. Serão objeto de classificação todos os produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico que possuam padrão oficial estabelecido pelo MAPA”.

A atividade de classificação é executada pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE) do Governo do Rio Grande do Norte, através de credenciamento autorizado pelo MAPA. Três Postos de Classificação Vegetal estão instalados na capital do estado, Natal, e nas cidades do interior, Mossoró e Caicó. Em 2009 os postos de Caicó e Mossoró receberam melhoria em sua estrutura funcional, em decorrência das orientações e exigências dessa SFA à SAPE.

Durante o processo de fiscalização, são analisados documentos da classificação vegetal para que se possa constatar que a classificação foi de fato realizada; coleta de amostras fiscais com o objetivo de monitorar a qualidade dos produtos e identificar quaisquer tentativas de fraudes ou equívocos no tocante a classificação vegetal. Após a coleta, realiza-se a devida classificação fiscal das amostras coletadas; análise laboratorial de amostras fiscais dos produtos vegetais (como exemplos citamos, os óleos e as farinhas de origem vegetal) e análise sensorial da qualidade dos produtos de origem vegetal, observando visualmente, defeitos que os produtos de origem vegetal possam apresentar. Todas essas atividades seguem os preceitos da Lei 9.972/2000 e do Decreto 6.268/2007 e demais normas correlacionadas à atividade.

Ao longo de 2009, o serviço de Classificação Vegetal da SFA/RN obteve êxito no alcance de suas metas realizando além do que foi estabelecido, assim como obteve sucesso no que diz respeito às metas estabelecidas pela Gestão Estratégica do MAPA, onde conseguiu-se atingir aproximadamente 93% da meta estabelecida pela AGE.

Foram fiscalizados em 2009, 87.075 toneladas de produtos de origem vegetal padronizados, o que nos proporciona 217% da meta estabelecida, tal fato deve-se ao aumento da fiscalização de trigo e alho importados, internalizados por esse estado no ano de 2009, representando um volume de 81.000 toneladas.

No que diz respeito às fiscalizações do mercado interno, obteve-se um cumprimento de 94% da meta definida pela CGQV, quanto ao volume de produtos fiscalizados, totalizando 9.400 toneladas e de 100% no número de estabelecimentos fiscalizados.

Outro destaque em 2009 foi a participação dos fiscais do setor na elaboração de normas técnicas, com destaque para a participação na elaboração do Padrão Oficial de Classificação da Amêndoa de Castanha de Caju, que resultou na Instrução Normativa 62 de 16 de dezembro de 2009 e na elaboração do Padrão Oficial de Classificação do Mamão que resultou, já nesse ano, na Instrução Normativa 04 de 25 de janeiro de 2010.

Houve avanço também no que diz respeito à infraestrutura do laboratório de classificação vegetal da SFA/RN, com a impermeabilização do telhado, solucionando assim os problemas enfrentados na época chuvosa.

Principais problemas

O maior problema enfrentado no ano de 2009 foi a ausência de contrato de manutenção de veículos, em virtude de problemas na licitação, o que acabou prejudicando os trabalhos de fiscalização da qualidade vegetal, mas que foi superado.

O programa realiza também o credenciamento de empresas no Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus Produtos (SICASQ). O SICASQ foi criado pela IN nº 66/2003, com o objetivo de sistematizar o cadastro dos agentes das cadeias produtivas dos produtos de origem vegetal, com fins de controle de contaminantes, resíduos e qualidade preventiva. Tudo tendo como base as normas estabelecidas pela referida IN nº 66/2003, implementada, inicialmente, junto aos estabelecimentos exportadores e produtores de mamão, manga, maçã, amendoim e castanha do Brasil, para atender compromissos do MAPA nos acordos e exigências nacionais e internacionais. No Rio Grande do Norte estavam cadastradas no sistema, cinco empresas no ano de 2008. Em 2009 o número diminuiu para três, em virtude do fechamento de uma empresa e da mudança de outra. Entretanto, essa já solicitou novo credenciamento.

Comentários gerais do SIPAG

Como ponto positivo destacam-se o empenho e a dedicação do corpo de Fiscais Federais Agropecuários, que, mesmo enfrentando dificuldades, conseguiu atingir as metas programadas pelas divisões do DIPOA/SDA e DIPOV/SDA e a descentralização dos recursos solicitados pelos setores da área animal e da classificação vegetal.

Como dificuldades encontradas no ano de 2009 enumeram-se:

1 – Carência de Fiscais Federais Agropecuários. O Setor da Área Animal conta apenas com 06 (seis) fiscais federais para atender as indústrias de carne, ovos, leite, mel e pescado, num total de 42 (quarenta e dois) estabelecimentos com SIF, sendo deste total 22 (vinte e dois) que exportam para países do bloco da União Européia.

2 – Carência de Agentes de Inspeção. O Setor da Área Animal conta apenas com 07(sete) agentes de inspeção para todas as empresas registradas.

3 – O Setor de Classificação Vegetal conta apenas com 02 (dois) Fiscais Federais Agropecuários para atender as necessidades em todo o estado

4 – O Setor de Inspeção de Bebidas conta com 02 (dois) Fiscais Federais Agropecuários, sendo um em processo de aposentadoria.

5 – Carência de apoio administrativo para o Setor Animal, que conta com 03 (três) administrativos; na classificação vegetal há apenas 01 (hum) administrativo e no Setor de Bebidas, 01 (hum) administrativo e 01 (hum) estagiário.

6 – No decorrer do ano de 2009 houve dificuldade de veículos para apoiar as atividades técnicas, devido a falta de contrato de manutenção dos mesmos, considerando que a frota oficial da SFA/RN é de mais de 05 anos.

7 – Dificuldade de computadores, impressoras e apoio de insumos, tais como papel e cartuchos.

8 – Dificuldade de aprovação dos diferentes contratos de manutenção na Superintendência junto ao Núcleo de Assessoramento Jurídico – NAJ/AGU, trazendo problemas de manutenção de veículos, aquisição de passagens aéreas, elevador, água, vigilância, telefonista, aquisição de material de consumo, e etc.

PROGRAMA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

2.3.2.6 AÇÃO 005A - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Tabela 22 – Dados gerais da Ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Realizar fiscalização de Contratos de Repasse para atendimento a projetos agropecuários celebrados com recursos do Orçamento Geral da União, de modo a garantir a boa aplicação dos recursos públicos e atendimento aos órgãos de Controle Interno e Externo.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos Contratos executados pelas Instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Coordenador nacional da ação	Márcio Cândido Alves
Unidades executoras	SEPDAG/DT/DFA-RN

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

2.3.2.7 AÇÃO 109D – MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Tabela 23 – Dados Gerais da Ação Mecanização Agrícola

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Realizar fiscalização de Contratos de Repasse para atendimento a projetos agropecuários celebrados com recursos do Orçamento Geral da União, de modo a garantir a boa aplicação dos recursos públicos e atendimento aos órgãos de Controle Interno e Externo.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos Contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Coordenador nacional da ação	Márcio Cândido Alves
Unidades executoras	SEPDAG/DT/SFA-RN

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

2.3.2.8 AÇÃO 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE

Tabela 24 – Dados Gerais da Ação Fiscalização de Contratos de Repasse

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Realizar fiscalização de Contratos de Repasse para atendimento a projetos agropecuários celebrados com recursos do Orçamento Geral da União, de modo a garantir a boa aplicação dos recursos públicos e atendimento aos órgãos de Controle Interno e Externo.

Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos Contratos executados pelas Instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Coordenador nacional da ação	Márcio Cândido Alves
Unidades executoras	SEPDAF/DT/SFA-RN

Fonte: SEPDAF/DT/SFA/RN

a) **Principais resultados** – Em 2009 foram aprovados R\$ 6.601.972,89 para aplicação em projetos de desenvolvimento para 49 municípios. Com relação aos repasses realizados em anos anteriores foram fiscalizados por amostragem 31 contratos pertencentes a 11 municípios.

b) **Principais Problemas** - Não foi detectado nenhum problema de importância significativa durante a execução desta ação. Todas as ações de acompanhamento dos Planos de Trabalho foram inseridas no SICONV. Por ser a primeira vez que se utiliza o sistema no setor, houve apenas a dificuldade inerente à adaptação ao mesmo.

c) **Contratações e Parcerias** – Os trabalhos foram executados exclusivamente pelo Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAF) desta SFA, contando, no entanto, com o apoio da Caixa Econômica Federal quanto à obtenção de dados referentes aos contratos fiscalizados.

d) **Transferências** - A importância de recursos transferidos vinculados à ação permitiu ao setor o acompanhamento da sua aplicação no desenvolvimento agropecuário, destacando-se como vantagem a utilização do SICONV para análise das propostas na unidade jurisdicionada, o que, pela agilidade e praticidade, em muito auxiliou no alcance da meta da Ação e do objetivo do Programa. No caso das fiscalizações, o critério utilizado para a análise e aprovação do repasse de recursos, foi a necessidade de se realizar a fiscalização determinada pela amostragem e para liberação de recursos para os contratos de repasse seguiu-se a Portaria MAPA nº 1.232, de 23 de dezembro de 2008. Não foram detectados problemas relativos à inadimplência quanto a recursos transferidos.

PROGRAMA PROPRIEDADE INTELECTUAL

2.3.2.9 AÇÃO 2B47 - FOMENTO A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

TABELA 25 – Dados Gerais da Ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o consequente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos, bem como promover a capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo, estudos e diagnósticos, programas de cooperação técnica, orientação, promoção e acompanhamento dos processos de certificação de IG de produtos agropecuários; além de: 1 - Desenvolver sistemas de informação que subsidiem e tratem das questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; 2 - Incrementar a produção de produtos agropecuários que têm potencial de

	reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; 3 - Auditar as cadeias produtivas certificadas com IG.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Coordenador nacional da ação	Bivanilda Tapias
Unidades executoras	SEPDAG/DT/SFA-RN

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

a) **Principais resultados** – Durante o exercício de 2009 foi analisado e aprovado um convênio no valor de R\$ 103.316,00 para que se realizem estudos de prospecção para a certificação de Indicação Geográfica para o queijo do Seridó, produto típico e com características exclusivas de produção desta região.

b) **Principais problemas** – Não houve problema de importância significativa na execução das ações previstas para o ano de 2009.

c) **Contratações e parcerias** – O convênio foi realizado em parceria com o Governo do Rio Grande do Norte, através de sua Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC).

d) **Transferências** – Os recursos do convênio serão transferidos em 2010, tendo como vantagem a abrangência da ação, que beneficia toda a cadeia produtiva envolvida na produção e beneficiamento de leite da região do Seridó, quando do atingimento da meta da ação e do objetivo do programa. Os critérios utilizados para a análise e aprovação do repasse de recursos foram a aplicabilidade e a importância do projeto para a região, bem como o número de beneficiários, estando todos esses itens detalhados na proposta SICONV 11225/2009. Não houve problemas relativos à inadimplência quanto aos recursos transferidos.

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ ORGÂNICO

2.3.2.10 AÇÃO 4748 - ORGANIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES ATUANTES EM PRODUÇÃO ORGÂNICA DE ALIMENTOS

TABELA 26 – Dados Gerais da Ação Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica de Alimentos

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere à geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada do seu empreendimento.
Descrição (3)	Disponibilização de informação e treinamento em sistemas de produção agropecuária que conjuguem técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Coordenador nacional da ação (5)	Rogério Pereira Dias
Unidades executoras (6)	SEPDAG/ DT/SFA/RN

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

a) **Principais resultados** – Foram realizadas em 2009 reuniões com produtores orgânicos, visitas técnicas a produtores orgânicos de frutas e hortaliças, camarão e ostras, bem como a participação na II Semana de Agroecologia Tecnologia e Cultura – SEAPEC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFERN).

b) **Principais Problemas** - Nenhum de importância significativa.

c) **Contratações e Parcerias** – IFERN de Ipanguaçu e componentes da Comissão de Produção Orgânica do Rio Grande do Norte (CPOrgRN).

d) **Transferências** – Os recursos foram adequadamente utilizados.

PROGRAMA SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA

2.3.2.11 AÇÃO: 2134 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS.

TABELA 27 – Dados gerais da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetem a agricultura brasileira.
Descrição (3)	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Departamento de Sanidade Vegetal /SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação (5)	André Felipe C. P. da Silva
Unidades executoras (6)	Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/RN) e Órgão Estadual de Defesa Agropecuária (IDIARN).

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Para atendimento do produto estabelecido para a Ação - **Fiscalização realizada** - no trânsito interestadual de vegetais, seus produtos subprodutos e insumos, diversas atividades foram executadas nas barreiras zoofitossanitárias, junto aos emissores de Certificação Fitossanitária na Origem (CFO), no treinamento de fiscais estaduais agropecuários e junto às empresas exportadoras, para certificação fitossanitária na origem dos produtos destinados aos países que exigem Declaração Adicional da sanidade das partidas. Atualmente são certificados dessa maneira três principais produtos do agronegócio norte-rio-grandense: mamão, manga e cucurbitáceas. Para que se chegue ao final do processo devem ser cumpridas todas as normas brasileiras estabelecidas para o trânsito vegetal.

A maior parte do montante dos recursos é destinada à certificação fitossanitária na origem, uma vez que as empresas estão localizadas longe da sede, mais precisamente nos municípios de Mossoró, Baraúna e Ipanguaçu, necessitando de um FFA em cada município, na época das exportações.

TABELA 28 - Principais Resultados da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

UNIDADE DE MEDIDA	ATIVIDADES	REALIZADO
Realizar auditorias sobre as ações delegadas nas barreiras zoofitossanitárias	Auditoria	12
Realizar fiscalizações em documentos de trânsito interestadual, emitidos para produtos que exigem Declaração Adicional na certificação fitossanitária internacionais.	Fiscalização	219
Certificação Fitossanitária na Origem (CFO) de produtos que exigem declaração adicional	Certificação	73
Ministrar palestras em cursos de CFO e cursos para Fiscais Estaduais	Palestras	06
Fiscalização de partidas de vegetais, seus produtos, subprodutos e insumos.	Fiscalização realizada* ²	9.808

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

² Atividade realizada pelo órgão estadual de defesa agropecuária através de Convênio- SFA-RN/IDIARN –001/2005- IV Termo Aditivo

Transferências - Foram transferidos para o órgão estadual de defesa agropecuária (IDIARN), por via dos Convênios 001/2005 (4º Termo Aditivo) no valor de R\$ 1.505.277,36 e 001/2008 (1º Termo Aditivo) no valor de R\$ 4.926.224,00 para execução das atividades referentes à Defesa Vegetal e Defesa Animal. A descentralização das atividades de defesa se faz necessária, em virtude da SFA/RN não dispor de unidades descentralizadas e também de recursos humanos suficiente para a execução das atividades programadas para o estado. A conveniente possui 12 unidades locais distribuídas em todas as regiões do RN e atende praticamente todos os municípios, facilitando assim o desenvolvimento das ações.

Cumprimento das metas físicas – Esta meta é imprescindível para o Estado do Rio Grande do Norte, pois, dentre as unidades da Federação, é a única a ter reconhecida pelo MAPA, APHIS/USDA e COSAVE, uma área livre da praga *Anastrepha grandis* (mosca das cucurbitáceas), o que lhe permite exportar para os EUA e Mercosul, as cucurbitáceas sem haver necessidade de realizar qualquer tratamento quarentenário.

Além da área livre citada, o estado é homologado junto àquelas organizações para exportar Manga e Mamão tendo em vista ter sido demonstrado, cientificamente, a baixa prevalência das principais moscas de frutas que atacam aqueles produtos. Manter esse status é primordial para o fruticultor, uma vez que ele disporá de mais mercado para exportação de seus produtos. A referida manutenção é feita através de duas ações principais: monitoramento das pragas e constante vigilância nas principais entradas do estado, de modo a impedir a introdução de pragas ausentes no estado, daí a necessidade de manter as atuais barreiras zoofitossanitárias, onde são executadas as fiscalizações das partidas de vegetais, seus produtos e insumos que entram no RN.

Ações que apresentaram problemas de execução - O maior problema para execução da fiscalização do fluxo de produtos agrícolas são as vias opcionais, que nem sempre se justificam a instalação de mais barreira fixas. Neste caso, o problema é minimizado quando se utilizam as fiscalizações móveis, com veículos especiais que proporcionem aos fiscais condições de trabalho. No caso, o órgão estadual só dispõe de 03 unidades móveis para a cobertura de todo estado. Com a execução dos convênios 001/2005 MAPA/IDIARN e 001/2008 MAPA/IDIARN, mais três veículos adaptados foram adquiridos, o que melhorou a fiscalização.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas - O aumento do número de fiscalizações, com um percentual de 2,17% foi, como citado anteriormente, em função da aquisição de veículos adaptados para funcionarem como barreiras móveis. A ação só não teve um desempenho ainda maior porque os veículos só foram adquiridos no último trimestre.

Indicadores Institucionais e Comentários - O indicador utilizado na ação é **Fiscalização Realizada**, e é realizada nas Barreiras Fitossanitárias fixas e móveis. Consiste na fiscalização de todo produto de origem vegetal e dos insumos que entram no RN. O objetivo principal é evitar a entrada de pragas quarentenárias no estado. Quanto maior o número de fiscalizações realizadas, menor será a possibilidade de introdução dessas pragas. Então, a quantidade e a qualidade da ação é que determinam um menor risco de prejuízos nas culturas, ocasionadas por patógenos exóticos. Como não se teve no ano de 2009 nenhuma introdução de praga quarentenária, considera-se que a ação teve uma boa eficiência. Essa é uma ação desenvolvida pelo órgão estadual de defesa agropecuária, o Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN (IDIARN), através dos Convênios: 001/2005-MAPA/IDIARN e 001/2008-MAPA/IDIARN, sob coordenação da SFA/RN.

2.3.2.12 AÇÃO 8572 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS

TABELA 29 – Dados gerais da Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

	de prevenção, controle erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores e plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana de açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outra espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos para atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição (3)	Elaboração de diretrizes fitossanitárias, identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingência e de emergência para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistemas de manejo de riscos de pragas; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Departamento de Sanidade Vegetal/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação (5)	André Felipe C. P. da Silva
Unidades executoras (6)	Superintendência Federal de Agricultura no RN/Serviço de Sanidade Agropecuária e Órgão Estadual de Sanidade Agropecuária (IDIARN).

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

TABELA 30 - Principais Resultados da Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Inspeção fitossanitária em plantios frutícolas	Inspeção	186
Supervisão de monitoramento de mosca-das-frutas	Supervisão	186
Fiscalização do tratamento hidrotérmico	Fiscalização	227
Coleta de frutos para determinação do estágio de maturação	Fruto	130
Análise de frutos para detecção de pragas (exportação)	Fruto	11.475
Reunião com produtores/órgão executor	Reunião	08
Participação em reunião nacional	FFA	06
Participação como palestrante em Curso Sanidade Vegetal – Fiscais Estaduais	Palestra	04
Controle de áreas destinadas à exportação-	Área controlada/ha	16.000
Manutenção de áreas livres	Área livre/ha	13.000
Levantamento fitossanitário para detecção da praga Cochonilha do Carmim em palma forrageira	Município	22
Determinação da Qualidade do Monitoramento de Mosca das Frutas	Alvo inserido	20
Participação de FFA em reunião nacional	FFA	05
Participação de FFA em cursos de aperfeiçoamento/reciclagem	FFA	03
Manutenção de áreas livres	Área livre/ha	13.000

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

A execução das metas constantes na ação é responsável pela manutenção da boa qualidade fitossanitária dos produtos exportados cumprirem as exigências quarentenárias de alguns países importadores e manter o status fitossanitário de Áreas Livre de *Anastrepha grandis* e *Moko* da Bananeira. Este fator representa um diferencial em termos de qualidade sanitária para os produtores/exportadores do estado alcançarem melhores

preços nos mercados internacionais. A atividade da fruticultura emprega, segundo observação do IDIARN, cerca de 60.000 trabalhadores rurais, o que evita o êxodo para as grandes cidades.

Cumprimento da meta física - A execução da ação é efetuada através de duas metas principais: **Monitoramento de pragas presentes**, objetivando ter um conhecimento do tamanho das populações e de modo à mantê-las num patamar aceitável pelos países importadores e, emitir os alertas para os produtores, quando estiverem acima dos níveis permitidos, no sentido de iniciarem os controles, abaixando assim as populações para os níveis aceitáveis. São trabalhadas as culturas das **cucurbitáceas, manga, mamão**. A outra meta consiste no levantamento fitossanitário com a finalidade de proceder ao **Levantamento de detecção das pragas ausentes no estado**. O levantamento é executado nas propriedades e o tamanho da amostragem está em função da área plantada com a cultura. Nesta meta, trabalha-se com as culturas: **banana** (*sigatoka negra e moko*), **cucurbitáceas** (*Anastrepha grandis*), **palma forrageira** (*cochonilha do carmim*), **citrus, goiaba, manga, acerola e maracujá** (*mosca negra dos citrus*) e **cana de açúcar** (*ferrugem alaranjada*). Até o presente nenhuma dessas pragas levantada foi detectada no estado.

Indicadores Institucionais e Comentários - No caso da ação em pauta o indicador utilizado é o **ha** (hectare) que corresponde à área total ocupada com as culturas onde se desenvolveram uma ou duas das metas preconizadas para a ação. Por exemplo, para as áreas de cucurbitáceas, manga e mamão e destinadas à exportação, todas são monitoradas e passam pela inspeção fitossanitária, quer seja no campo ou nas casas de embalagens (por ocasião das exportações), o que significa que 100% sofrem o controle sanitário. Nas outras culturas, é feita uma amostragem para se executar o levantamento de detecção para as pragas ausentes e, dentro dessas áreas são examinadas plantas que, por ventura, apresentem qualquer sintoma semelhante ao da praga em estudo. Caso não se comprove em campo que realmente se trata da praga são coletadas amostras para envio a laboratórios credenciados para um diagnóstico mais preciso. Como nos levantamentos realizados, nenhuma das pragas em estudo foi detectada, pode-se afirmar que: até o presente o estado está indene das mesmas e, que não houve maiores dispêndios de recursos por parte dos produtores, para controle de pragas, o que significou mais lucro.

2.3.2.13 AÇÃO 21390000 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS

TABELA 31 – Dados Gerais da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas, coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação Geral de Combate a Doenças
Coordenador nacional da ação (1)	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras (1)	SFA/RN e IDIARN/SAPE
Áreas (dentro da UJ) Responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEDESA/DT
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005

Fonte: SEDESA/DT/SFA-RN

Principais resultados

Para alcançar o que se estabelece como meta do produto da ação - **fiscalização realizada** - foram consideradas as atividades desenvolvidas pelo órgão executor estadual, bem como as supervisões e

fiscalizações que os FFA's lotados no SEDESA realizam no Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN – IDIARN, e sobre os médicos veterinários habilitados pela SFA/RN/MAPA para a emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA e de Certificado de Inspeção Sanitária – CIS.

TABELA 32 - Principais Atividades Desenvolvidas na Ação Vigilância do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

ATIVIDADE	META	REALIZADO
Supervisão das barreiras zoossanitárias.	Supervisionar 100% das barreiras zoossanitárias do Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2009	6
Fiscalização do trabalho dos médicos veterinários habilitados e credenciados para emissão de GTA e CIS	Fiscalizar 100% dos médicos veterinários habilitar e credenciados para emissão de GTA e CIS no Estado do Rio Grande do Norte em 2009	12
Auditoria de ações delegadas	Realizar 02 auditorias em cada unidade de saúde animal do órgão estadual executor no Rio Grande do Norte no ano de 2009.	2
Supervisão em escritório de atendimento local	Supervisionar escritórios locais de atendimento para emissão de GTA, nas Prefeituras ou EMATER	10
Supervisão da fiscalização do trânsito interestadual de animais e seus produtos	Supervisionar 100% das barreiras zoossanitárias no Rio Grande do Norte, com vistas ao controle do trânsito interestadual, no ano de 2009	12

Fonte: SEDESA/DT/SFA-RN

Desempenho

Os dados da realização física correspondem ao somatório de fiscalizações em postos fixos de fiscalização de trânsito e barreiras móveis, com o número de GTA's emitidas para o trânsito interestadual de animais.

Tendo como indicador de efetividade o percentual de controle do trânsito intra e interestadual de animais e seus produtos e subprodutos livres de doenças, pode-se concluir por um resultado satisfatório.

Os recursos financeiros utilizados na realização das atividades fiscalizatórias e de supervisão nos trabalhos dos técnicos do órgão executor estadual resultaram em uma maior cobertura do trânsito e do efetivo dos rebanhos animais existentes no estado.

Verificou-se uma execução acima do previsto, em decorrência da intensificação de realização de barreiras móveis, com o objetivo de contenção e controle da disseminação da Peste Suína Clássica (PSC), no Estado, a partir do foco primário ocorrido em março/2009. As atividades desenvolvidas pelo órgão executor estadual foram custeadas com recursos dos convênios vigentes na área de defesa animal, MAPA/SFA/RN/IDIARN N° 001/2005 e 001/2008.

2.3.2.14 AÇÃO 86580000 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS - PCEANIMAL

TABELA 33 – Dados gerais da Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas, coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de

	vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Coordenação Geral de Combate a Doenças
Coordenador nacional da ação (1)	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras (1)	SFA/RN e IDIARN/SAPE
Áreas (dentro da UJ) Responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	SEDESA/DT
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Dentro desta ação orçamentária, foram desenvolvidos os seguintes **Programas Sanitários**:

A) PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA – PNSA (vide TABELA 6)

TABELA 34 – Resultados da execução do Programa Nacional de Sanidade Avícola na SFA/RN em 2009

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Certificar estabelecimento avícola de controle permanente	Estabelecimentos avícolas de controle permanente certificados.	2
Monitorar estabelecimentos avícolas	Estabelecimentos registrados no MAPA, monitorados para micoplasmoses e salmoneloses.	2
Realizar vigilância na ocorrência de enfermidades avícolas	Notificações de ocorrência de suspeitas de doenças de Newcastle, atendidas.	03
Realizar colheita de amostras de material de aves para monitoramento de Salmonelose e Micoplasmose	Amostras colhidas e fiscalizadas.	2950

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Principais resultados

Para se alcançar o que se estabelece como produto da Ação - **propriedade atendida** - diversas atividades foram desenvolvidas. Ressalta-se a participação efetiva do Fiscal Federal Agropecuário lotado no SEDESA, responsável pelo PNSA, na execução conjunta com profissionais do órgão executor estadual em todas as atividades, além da coordenação e supervisão. As ações se concentraram em monitoramento dos estabelecimentos avícolas e nos atendimentos das suspeitas de doenças avícolas no campo.

Outras atividades desenvolvidas

- Participação do Seminário Internacional sobre Influenza Aviária e Doença de Newcastle, em Campinas/SP, objetivando a discussão com Estados Unidos sobre a vigilância para estas enfermidades.

Desempenho

Tendo como base os seguintes indicadores de desempenho:

- Proteção e vigilância dos plantéis avícolas nacionais para enfermidades exóticas como a Influenza Aviária;
- Elevação da produção avícola de melhor qualidade; com a adequação das granjas para registro no órgão executor estadual, de acordo com a legislação vigente;
- Controle das doenças avícolas que constituem risco de saúde pública, principalmente no que se refere à Salmonelose;
- Maior condição de atendimento no controle de doenças avícolas e também no trânsito de aves e produtos avícolas;
- Conhecimento da situação sanitária dos plantéis, permitindo a verificação da incidência e ocorrência das doenças avícolas;

Considera-se um bom desempenho operacional.

B) PROGRAMA DE CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS E PREVENÇÃO DA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA – PNCRH (vide TABELA 7)

TABELA 35 - Resultados da Execução do Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina na SFA/RN em 2009

ATIVIDADES	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Capacitar profissionais de nível médio do órgão executor estadual para colheita de material para diagnóstico de Encefalopatia Espongiforme Bovina.	Profissionais capacitados	46-
Realizar vigilância das propriedades de criação de ruminantes	Fiscalização/Supervisão	12-
Realizar monitoramento de alimentos nas propriedades com animais ruminantes	Monitoramentos realizados	4
Supervisionar atividades inerentes ao Programa Nacional de Controle da Raiva os Herbívoros e outras Encefalopatias - PNCRH, desenvolvidas pelo órgão executor estadual.	Supervisões.	4
Fiscalização da comercialização de vacina anti-rábica. em 270 estabelecimentos e pasta vampiricida;	Fiscalizações /Supervisão	3.240
Verificação de animais herbívoros agredidos por morcegos.	Indivíduos verificados	130
Monitoramento de abrigos cadastrados de morcegos hematófagos	Abrigos verificados	13
Envio de espécimes de morcegos hematófagos para exame laboratorial.	Amostras enviadas	0
Atendimentos a propriedades focos, com colheita de amostras e envio ao laboratório.	Propriedades atendidas.	13
Propriedades atendidas na área perifocal.	Propriedades atendidas.	21
Animais tratados com pasta vampiricida	Animais tratados	27
Analisar os informes mensais da Raiva	Informes mensais elaborados pelo órgão executor estadual analisados e encaminhados ao DSA/SDA.	12
Realização de distribuição de material técnico informativo de divulgação das ações.	Folders e revistas distribuídas/Unidades	1000
Participação evento nacional	Endesa -Pb	01

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Principais resultados

Para se alcançar o que se estabelece como produto da ação à qual o PNCRH está ligado - **propriedade atendida** - diversas atividades foram desenvolvidas, tanto na execução direta, em conjunto com o órgão executor estadual, como também na coordenação, por parte do Fiscal Federal Agropecuário, lotado no SEDESA.

Desempenho

Tendo como indicador de efetividade a taxa de incidência e a ocorrência da Raiva e outras encefalopatias dos Herbívoros, pode-se concluir por um resultado satisfatório. Os recursos financeiros utilizados na realização das atividades fiscalizatórias e de supervisão nos trabalhos dos técnicos do órgão executor estadual atenderam a ocorrência dos casos de encefalopatias dos ruminantes, com a colheita de material para diagnóstico laboratorial e a adoção de medidas epidemiológicas de prevenção e controle.

C) PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE – PNCEBT (vide TABELA 8)

TABELA 36 - Resultados da Execução do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT na SFA/RN em 2009

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
-----------	-------------------	-----------

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Habilitar médico veterinário ao PNCEBT	Processos de habilitação realizados.	06
Auditar a execução das ações delegadas	Auditorias anuais em cada unidade de atenção veterinária do órgão estadual executor.	01
Supervisionar e realizar acompanhamento dos médicos veterinários habilitados ao PNCEBT	Médicos veterinários habilitados ao PNCEBT, supervisionados e fiscalizados.	52
Desenvolver processo de certificação propriedades livres e monitoradas para Brucelose e Tuberculose	Propriedades livres e monitoradas p/ Brucelose e Tuberculose.	01
Saneamento de propriedade para certificação	Realização de saneamento de propriedade para certificação de livre para Brucelose e Tuberculose	02
Distribuir e controlar os antígenos de Brucelose e tuberculinas para médicos veterinários habilitados	Doses de antígenos e tuberculinas distribuídos a médicos veterinários habilitados.	81.000
Elaboração dos Informes mensais sobre Brucelose e Tuberculose	Elaboração da análise dos informes mensais do órgão executor estadual e envio ao DSA	12
Realizar análise técnica dos relatórios apresentados pelos médicos veterinários habilitados	Relatórios elaborados e apresentados pelos médicos veterinários habilitados	624

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Principais resultados

Para se alcançar o que se estabelece como produto da ação - **propriedade atendida** - diversas atividades foram desenvolvidas, tanto na execução direta, em conjunto com o órgão executor estadual, como também na coordenação, por parte do Fiscal Federal Agropecuário, lotado no SEDESA.

Desempenho

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT teve um desempenho operacional satisfatório, considerando principalmente a atuação dos médicos veterinários privados habilitados pela SFA/RN/MAPA.

As principais ações desenvolvidas pelo PNCEBT no Rio Grande do Norte em 2009 foram:

- Habilitações de médicos veterinários autônomos para atuarem no PNCEBT;
- Controle da distribuição de antígenos e tuberculinas para os médicos veterinários do setor privado;
- Fiscalização dos médicos veterinários habilitados, com três processos de cancelamento da habilitação.
- Implementação da vacinação de bezerros contra brucelose, em parceria com o órgão oficial de defesa estadual;

Ainda em 2009 foram desenvolvidas atividades para controle da Brucelose em 10 (dez) propriedades, resultando o saneamento de 1 (uma), para a obtenção da certificação de livre de brucelose e tuberculose; nas demais foram realizados diagnósticos complementares em laboratório oficial.

O Programa no RN conta com 52 médicos veterinários habilitados no setor privado.

Considerando os seguintes indicadores de efetividade:

- Índice de prevalência e taxa de incidência da Brucelose e Tuberculose;
- Diminuição dos índices de abortos em rebanhos bovinos e bubalinos, aumentando a produção e produtividade dos rebanhos;
- Maior divulgação e esclarecimento da população sobre o risco de contágio destas zoonoses;
- Baixa prevalência e incidência de novos focos de Brucelose e Tuberculose bovina e bubalina;
- Aumento da garantia de qualidade de exames e procedimentos, com o processo de habilitação dos médicos veterinários atuantes; e
- Implementação do sistema de propriedades certificadas como livres ou monitoradas para Brucelose e Tuberculose, diminuindo os riscos de ocorrência destas zoonoses.

Correlacionando as atividades realizadas, tem-se um resultado satisfatório em termos de desenvolvimento do PNCEBT, a nível do RN.

D) PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS ANIMAIS AQUÁTICOS – PNSAA (vide TABELA 9)

TABELA 37 - Resultados da Execução do Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos na SFA/RN em 2009

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Atualização do Cadastramento estabelecimentos de reprodução de camarão marinho	Atualizar o cadastro de 100 % dos estabelecimentos de reprodução de camarão no Rio Grande do Norte de ano 2009.	9
Monitoramento de 02 quarentenários de camarões importados dos EUA.	Nº Monitoramentos Realizados	24
Ocorrência de não conformidade em quarentenário.	Não conformidades	01
Habilitação de médico veterinário, para emissão de Guia de Trânsito Animal.	Renovação Veterinários habilitados 2009	5
Participação em reuniões, técnicas locais	Reuniões técnicas locais	02
Realizar colheita de amostras de material para diagnóstico de doenças de notificação obrigatória.	Amostras colhidas e fiscalizadas.	800
Reunião Técnica nacional	Nº Reuniões realizadas no exercício 2009	02-
Realizar vigilância e monitoramento em 09 estabelecimentos de reprodução de camarão;	Estabelecimentos monitorados	45
20análises de relatórios mensais de emissão de GTA de pós-larva camarão marinho.	Relatórios analisados durante 12 meses	240

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Principais resultados

Para se alcançar o que se estabelece como produto da ação à qual o PNSAA está ligado - **propriedade atendida** - diversas atividades foram desenvolvidas, tanto na execução direta, em conjunto com o órgão executor estadual, como também na coordenação, por parte do Fiscal Federal Agropecuário, lotado no SEDESA

Desempenho

Tendo como indicador de efetividade a taxa de incidência e ocorrência de doenças de notificação obrigatória nos estabelecimentos de reprodução e de engorda de camarão marinho, com reflexo direto no mercado

nacional e internacional, pode-se concluir por um resultado satisfatório. Com os recursos financeiros utilizados na realização das atividades de fiscalização, supervisão e monitoramento, se atingiu o objetivo de manutenção do status sanitário de controle das referidas enfermidades na carcinicultura norte-rio-grandense.

Houve uma repercussão na comercialização de cerca de **2,935,335,160 pós-larvas** comercializadas para PE, SE, PB, CE, AL, BA, PR, RJ, RN, SP e RS, com a geração de renda e empregos diretos e indiretos.

Também em termos de efetividade, alcançou-se a importação de 12 (doze) toneladas de cistos de artêmia, para alimentação das pós-larvas. Foram importadas 12 toneladas de ingredientes para ração de pós-larvas de camarão marinho.

E) PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS EQUÍDEOS – PNSE (vide TABELA 10)

TABELA 38 - Resultados da Execução do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos na SFA/RN em 2009

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
1. Fiscalização de exames para Anemia Infecciosa Equina – AIE, realizados pelos Laboratórios credenciados para o trânsito de animais	Fiscalizar 100% dos exames para Anemia Infecciosa Equina – AIE, realizados pelos Laboratórios credenciados, para o trânsito de animais, durante o ano de 2009.	2.825
2. Fiscalização de exames para o Mormo, realizados pelos Laboratórios credenciados para o trânsito de animais	Fiscalizar 100% dos exames para o Mormo, realizados pelos Laboratórios credenciados, para o trânsito de animais, durante o ano de 2009.	2.706
3. Fiscalização de propriedades focos para Anemia Infecciosa Equina - AIE.	Fiscalizar 100% das propriedades focos para Anemia Infecciosa Equina - AIE, no Rio Grande do Norte, durante o ano de 2009.	06
4. Fiscalização de propriedades focos para o Mormo.	Fiscalizar 100% das propriedades focos para o Mormo, no Rio Grande do Norte, durante o ano de 2009.	03
5. Interdição de propriedades focos para Anemia Infecciosa Equina - AIE.	Interdição de Propriedades focos para Anemia Infecciosa Equina - AIE, no Rio Grande do Norte, durante o ano de 2009.	05
6. Interdição de propriedades focos para o Mormo.	Interdição de Propriedades focos para o Mormo, no Rio Grande do Norte, durante o ano de 2009.	05
7. Cadastramento de Médico Veterinário para coleta de material para diagnóstico de Mormo.	Cadastrar 100% de Médicos Veterinários para coleta de material para diagnóstico de Mormo no Rio Grande do Norte no ano de 2009.	07
08. Cadastramento de Médico Veterinário do setor privado para emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA, para equídeos.	Cadastrar 100% Médico Veterinário do setor privado para Emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA, para equídeos, no Rio Grande do Norte no ano de 2009.	01
09. Sacrifício de equídeos positivos para Anemia Infecciosa Equina – AIE.	Sacrificar 100% dos equídeos positivos para AIE no Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2009.	14
10. Sacrifício de equídeos positivos para Mormo.	Sacrificar 100% dos equídeos positivos para Mormo no Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2009.	03
11. Realizar Coleta de amostras para vigilância/levantamento sorológico de propriedades foco para AI E	Coletar 100 % de Amostras para vigilância/levantamento sorológico de propriedades foco para Anemia Infecciosa Equina (AIE) no Rio Grande do Norte de ano 2009.	34
12. Propriedades com saneamento concluído e desinterditado para AIA	Saneamento concluído de 100 % de propriedades foco para AIE no Rio Grande do Norte em 2009.	05
13. Propriedades com saneamento concluído e desinterditado para o Mormo.	Saneamento concluído de 100 % de propriedades foco para o Mormo no Rio Grande do Norte de ano 2009.	04
14. Propriedades focos para o Mormo com Aplicação de Maleína.	Propriedades focos para o Mormo com Aplicação de Maleína no Rio Grande do Norte de ano 2009.	03
15. Realizar coleta de amostras para levantamento sorológico de propriedades foco para o Mormo.	Coletar 100 % de amostras para levantamento sorológico de propriedades foco para o Mormo no Rio Grande do Norte de ano 2009.	123
16. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.	Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais de Fiscal Federal Agropecuário do SEDESA no ano de 2009.	01

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Principais resultados

Para se alcançar o que se estabelece como produto da ação - **propriedade controlada** - diversas atividades foram desenvolvidas com os 02 (dois) Fiscais Federais Agropecuários que atuam no Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE:

Desempenho

Tendo como indicador de efetividade o **número de propriedades atendidas**, a taxa de incidência e ocorrência de doenças dos equídeos, tais como a Anemia Infecciosa Equina e o Mormo, apresentou no ano de 2009 uma redução de cerca de 50% de incidência, refletindo de maneira positiva no processo de conscientização dos produtores de animais. Por outro lado, houve uma melhor atuação do Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal – o IDIARN, com os recursos financeiros repassados através do Convênio MAPA e IDIARN nº 001/2008, executando ações de prevenção e controle da Anemia Infecciosa Equina e o Mormo no Estado do Rio Grande do Norte.

Além, das atividades constantes da Tabela acima, tem-se como destaque, dentro das realizações do PNSE:

- Atualização da situação atual da Anemia Infecciosa Equina e do Mormo no Estado do Rio Grande do Norte nos anos de 2007 a 2009;

F) PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS SUÍDEOS – PNSS (vide TABELA 11)

Principais resultados

Para se alcançar o que se estabelece como produto da Ação - **propriedade atendida** - diversas atividades foram desenvolvidas. Ressalta-se a participação efetiva do Fiscal Federal Agropecuário lotado no SEDESA, responsável pelo PNSA, na execução conjunta com profissionais do órgão executor estadual em todas as atividades, além da coordenação e supervisão.

Dentro do Programa de Sanidade dos Suídeos, houve um incremento no desenvolvimento das ações, com a ocorrência de focos de Peste Suína Clássica, em março de 2009, no município de Mossoró, desencadeando medidas de emergência sanitária, com sacrifício dos animais, interdição das propriedades e controle intensivo de trânsito de animais e seus produtos. Com o surgimento de focos também nos municípios de Jucurutu e Macaíba, como medida de contenção e controle da doença no Estado, foi deflagrado o Plano Estratégico de Vacinação contra PSC, com agulha oficial, ou seja, a vacinação feita pelo Serviço Oficial.

A vacina foi adquirida pelo MAPA, que também custeou as despesas de coordenação por parte do SEDESA e os deslocamentos de colaboradores eventuais de outros estados como PB, MA, AL e PE. Este custo corresponde ao montante gasto no PCEANIMAL, conforme informado na **Tabela 68**. Toda a execução da vacinação a campo foi realizada pelo IDIARN, com recursos financeiros do Convênio MAPA/SFA/RN/IDIARN 001/2008, onde no Termo Aditivo se contemplou a sanidade dos suídeos. Como resultado foram vacinados e imunizados 91.907 suínos no território potiguar.

Atividade de Destaque

Considera-se como uma atividade de destaque a participação dos FFA's responsáveis pelos programas sanitários, no I Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal - ENDESA 2009, realizado em João Pessoa/PB, onde ocorreram discussões técnicas sobre todos os programas da área animal, inclusive com a apresentação do Plano Estratégico de Vacinação contra PSC no RN, com a palestra “Vacinação contra PSC, Experiência Nacional”, pela FFA Ana Cristina de Souza Duarte, da equipe do SEDESA/DT/SFA/RN.

2.3.2.15 AÇÃO 48420000 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

TABELA 39 - Dados Gerais da Ação Erradicação da Febre Aftosa

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas, coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Coordenação Geral de Combate a Doenças
Unidades Executoras	SFA/RN e IDIARN/SAPE
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SEDESA/DT
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Principais resultados

Para se alcançar o que se estabelece como produto da ação - **área controlada** - diversas atividades foram desenvolvidas, tanto na execução direta, em conjunto com o órgão executor estadual, como também na coordenação, por parte do Fiscal Federal Agropecuário, lotado no SEDESA. Nesta ação, a execução de maior parte das atividades constantes da descrição é de competência e responsabilidade do órgão executor estadual, utilizando recursos financeiros próprios e de convênios com o MAPA.

Principais Atividades Desenvolvidas

TABELA 40 - Resultados da Execução na SFA/RN da Ação Erradicação da Febre Aftosa em 2009

ATIVIDADES	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Realizar auditorias sobre as ações delegadas	Auditorias realizadas em cada unidade local de saúde animal e barreira sanitária do órgão estadual executor estadual/ano.	12
Coordenar e realizar supervisões na execução das metas do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.	Porcentagem de atividades realizadas fiscalizadas.	100%
Avaliar o desempenho das ações delegadas	Reuniões de avaliação, realizadas com o órgão estadual executor estadual.	6
Acompanhar as auditorias realizadas pela gerência nacional do PNEFA	Auditorias realizadas acompanhadas.	1
Analisar os informes de ocorrência de Doenças Vesiculares e enviar ao DSA/ SDA	Número de informes semanais analisados e encaminhados ao DSA	52
Participação em reunião do Circuito Nordeste	Reunião oficial do DSA	02

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Desempenho

Considerando **indicadores de efetividade** como:

Maior desempenho do órgão executor estadual, principalmente quanto: ao atendimento imediato às notificações de ocorrência de suspeita de doença vesicular a campo, conhecimento técnico científico por parte dos médicos veterinários e auxiliar, sobre as regras e legislações do PNEFA; à investigação epidemiológica e cadastramento georreferenciado dos pontos de risco; às fiscalizações a estabelecimentos de processamento e manipulação de produtos de origem animal, como abatedouros e entrepostos de laticínios; à fiscalização e controle sanitário nos eventos agropecuários, inclusive em feiras locais de comercialização de

animais; ao atendimento ao fluxograma das informações epidemiológicas semanais e mensais, condição de funcionamento das unidades locais de saúde animal e vegetal e postos fixos de fiscalização; à atualização cadastral e evolução dos rebanho de bovinos e bubalinos, principalmente, fiscalização e coordenação das ações durante as campanhas de vacinação; às ações de educação sanitária junto aos criadores e comunidades; ao aumento do percentual de vacinação contra Febre Aftosa; e à manutenção das ações do sistema de atenção veterinária estadual, compatíveis com o status sanitário de **Médio Risco para Febre Aftosa**, conforme estabelecido na escala de classificação de risco.

Destaca-se para o sistema de controle de ingresso e egresso de animais biungulados susceptíveis à Febre Aftosa, com a aplicação das medidas sanitárias determinadas para o ingresso de animais procedentes de estados com risco desconhecido e o trânsito para áreas livres. Foram realizados 18 processos para ingresso de 518 animais e 11 processos para egresso de 94 animais. Animais estes, principalmente bovinos e ovinos.

Também como atividade de destaque e de extrema importância para as ações elencadas, tem-se o acompanhamento com atividades de fiscalização e supervisão de toda a execução físico-financeira dos convênios vigentes, na área de defesa animal, incluindo o Plano de Trabalho do 4º Termo Aditivo do Convênio 001/2005 MAPA/SAPE-RN/IDIARN; e Plano de Trabalho do 1º Termo Aditivo do Convênio 001/2008 MAPA/SAPE-RN/IDIARN

Eficácia e Eficiência

Com base em todo o trabalho realizado pelos FFA's médicos veterinários do SEDESA/SFA/RN, se conclui por uma boa eficácia em termos de resultados alcançados. Quanto à efetividade, em decorrência do acúmulo de atividades na coordenação, a nível local de outros programas sanitários, ficou aquém do programado.

PROGRAMA QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

2.3.2.16 AÇÃO 2179 – FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS – FISCALSEM 1

TABELA 41 - Dados Gerais da Ação Fiscalização de Sementes e Mudanças

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação de vegetais de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para a garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e mudas; Análise laboratorial de amostras coletadas para verificação de atendimento aos padrões estabelecidos; e Certificação da produção de sementes e mudas.
Beneficiários da Ação	Produtores Rurais e Agricultores em geral
Unidade administrativa responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.
Unidade executora	SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA/RN
Coordenador nacional da ação	Agwagner Dutra Alarcão
Coordenador estadual da ação	João Batista de Moraes Sobrinho
Responsável pela execução da ação	Elita Maria Leite Palmeira

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

2.3.2.17 AÇÃO 2141 – FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES – FISFECOI 1

TABELA 42 - Dados Gerais da Ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI 1

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; Inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; Realização de reuniões técnicas, cursos, estágios e treinamento em serviço para capacitação de fiscais; Elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; e Realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
Beneficiários da Ação	Produtores Rurais e Agricultores em geral
Unidade administrativa responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.
Unidade executora	SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA/RN
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tollstadius Leal
Coordenador estadual da ação	FFA Engº Agrº João Batista de Morais Sobrinho
Responsável pela execução da ação	FFA Química Lizolda Maria Pereira

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

2.3.2.18 AÇÃO 2124 – FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL - FISCINAN

TABELA 43 - Dados Gerais da Ação Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal - FISCINAN

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; Registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade mediante realização de análises fiscais; Realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; Capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Beneficiários da Ação	Pecuaristas e Agricultores em geral
Unidade administrativa responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.
Unidade executora	SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA/RN
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci
Coordenador estadual da ação	João Batista de Morais Sobrinho
Responsável pela execução da ação	José Majulí Bezerra

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

2.3.2.19 AÇÃO 2140 – FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO – FISPROVET 1

TABELA 44 - Dados Gerais da Ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET 1

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais .
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no país e no exterior; e Controle da importação de produtos.
Beneficiários da Ação	Pecuaristas e Agricultores em geral
Unidade administrativa responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.
Unidade executora	SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA/RN
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinícius Leandro de S. Júnior
Coordenador estadual da ação	João Batista de Moraes Sobrinho
Responsável pela execução da ação	Roberto Gastão da Silva (colaborador)

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

Comentários sobre as Ações executadas pelo SEFAG

A atividade de fiscalização tem como objetivos o controle da qualidade dos produtos oferecidos ao agricultor e a necessidade de atingir a produtividade com perspectivas de economicidade e sustentabilidade através do uso de insumos que lhe garantam resultados significativos. Diante deste processo, apesar das dificuldades encontradas no percurso de sua execução, considera-se que os resultados alcançados correspondem à expectativa. Com alguma melhoria nos pontos fracos encontrados, pode-se alcançar a plenitude de seu controle, sem esquecer que esta é uma atividade de caráter permanente. A eficácia plena é difícil de ser alcançada, sabendo-se, inclusive, que a clandestinidade e os interesses financeiros escusos estão a exigir a vigilância permanente do Estado sobre as respectivas atividades, em detrimento da preservação de interesses do produtor consumidor, da sociedade beneficiada e do ambiente.

Ações que apresentaram problemas de execução

No campo dos interesses da clientela externa desta SFA/RN, o que tem mais emperrado os procedimentos de registro é a Licença Ambiental, ainda restrita ao Estado. Por outro lado, no que diz respeito à fiscalização de insumos, o momento é de adaptações à regulamentação dos adubos orgânicos, recentemente enquadrados no controle da União, sobre os quais se está procurando absorver este controle para dentro da respectiva ação.

Quanto às limitações na execução do Serviço de Fiscalização Agropecuária, considerando-se que a meta inicial é uma meta histórica, não se está conseguindo alcançá-la devido à carência de Recursos Humanos para atender, a contento, às demandas que a cada ano crescem nesta UJ, com apenas um FFA por Ação específica, retardando os processos administrativos e protelando o atendimento ao cliente, quando por necessidade, premente ou imediata, de viagem deste FFA. Destaca-se aqui o caso específico da Ação 2140, em que os processos administrativos se acumulam por falta de um Fiscal Federal Agropecuário (FFA) veterinário ou zootecnista, sem contar que a condução atual desta Ação é feita por um FFA veterinário lotado em outro Serviço - VIGIAGRO. Por igual razão, relacionamos o baixo índice de atendimento à meta prevista para Alimentação Animal – Ação 2124.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

No âmbito desta SFA/RN verifica-se que houve avanços significativos na Ação 2179, a qual apresentou no passado recente muitos problemas relacionados à conformidade, gerando processos administrativos. Quanto à Ação 2140, por ser uma ação limitada ao comércio de produtos veterinários, por não existir ainda unidade de produção instalada no nosso Estado, superou numericamente a meta planejada, além de atender às

expectativas de manutenção do programa de sanidade animal implantado em território potiguar (Tabelas 44 e 45).

Avaliação dos resultados

TABELA 45 - Conformidade dos produtos objeto das Ações do SEFAG e da SFA/RN no exercício de 2009

Ação	Fiscalizações realizadas	Produtos não conformes	Índice de produto não conforme %
2179 – FISCALSEM1	373	5	0,013
2141 – FISFECOI	110	12	0,109
2124 – FISCINAN	77	6	0,078
2140 – FISPROVET1	223	9	0,040
Relacionada à Unidade Gestora	783	32	0,041

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

TABELA 46 - Índice de conformidade por das Ações do SEFAG e da SFA/RN no exercício de 2009

Ação	Fórmula de Conformidade	Índice de conformidade Alcançado %
2179 – FISCALSEM1	1,0000 – 0,0143	0,9857
2141 – FISFECOI	1,0000 – 0,2774	0,7226
2124 – FISCINAN	1,0000 – 0,1013	0,8987
2140 – FISPROVET1	1,0000 – 0,0386	0,9614
Unidade Gestora	1,0000 – 0,0519	0,9481

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

O programa, no geral, ressenete-se apenas da falta de recursos humanos suficientes para atender à demanda histórica programada das ações, sem contar com o crescimento da demanda interna e ampliação da oferta dos respectivos insumos, observação que confronta com o que foi avaliado no plano estratégico da Instituição, na avaliação do SEFAG/RN.

No que se refere à constatação dos benefícios do Programa para a sociedade, constata-se que no ano de 2009 houve um significativo índice de conformidade dos produtos, demonstrando que os mesmos são oferecidos com elevada confiabilidade aos seus usuários, objeto principal das ações.

PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

2.3.2.20 AÇÃO 4716 - OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS – MANUTSFAS

TABELA 47 – Dados Gerais da Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUT

Tipo da Ação (1)	Atividade
Finalidade (2)	Construir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição (3)	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	CGAS/SE/MAPA
Coordenador nacional da ação (5)	José Rogério Lara
Unidades executoras (6)	SAD – SFA/RN

Fonte: SPA/SAD/SFA/RN

Comentário

A Seção de Planejamento e Acompanhamento (SPA), vinculada diretamente ao Gabinete do Superintendente da SFA/RN, coordenou no exercício de 2009 ações demandadas pelo MANUTSFAS, no tocante a programações para manutenção funcional da sede da Superintendência Federal de Agricultura no RN, deslocamento do Superintendente e dos servidores de apoio técnico-administrativos em ações voltadas para sua capacitação em assuntos relacionados as atividades desenvolvidas, tais como: licitações e contratos, pregão eletrônico, recursos humanos, área financeira e orçamentária, etc.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Programação Orçamentária

TABELA 48 - Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1- Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	NÃO SE APLICA						
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais							Abertos
								Reabertos
	Extraordinários							Abertos
								Reabertos
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

TABELA 49 – Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4- Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Outras Despesas de Capital		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	NÃO SE APLICA – SERÁ INFORMADO PELO MAPA						
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais							Abertos
								Reabertos
	Extraordinários							Abertos
								Reabertos
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

TABELA 50 – Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
L C	Dotação proposta pela UO	NÃO SE APLICA					
	PLOA						

CRÉDITOS	LOA	
	Suplementares	
	Especiais	Abertos
		Reabertos
	Extraordinários	Abertos
		Reabertos
	Créditos Cancelados	
Outras Operações		
Total		

TABELA 51 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos					
	AGE	130001	221012012103601K40001	-	-	6.624,56
	SE	130002	2210120122075047160001	-	-	845.401,57
	SDC	420013	221012012260032B170001	-	-	13.708,40
	SDA	130007	2210120125035647460001	-	-	426.305,18
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos					
	SDA	130007	2210120125035647460001	114.475,00	-	-
	SDC	420013	221012012260032B170001	45.900,00	-	-
Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI/SEOF/SAD/SFA-RN

2.4.2 Execução Orçamentária

TABELA 52 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	NÃO SE APLICA – SERÁ INFORMADO PELO MAPA			
Convite				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução				

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

Especial	
Suprimento de Fundos	
Pagamento de Pessoal	
Pagamento em Folha	
Diárias	
Outros	

TABELA 53 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa		NÃO						
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa			SE					
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa				APLICA				
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa		–	SERÁ					
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa				INFORMADO				
2º elemento de despesa					PELO			
3º elemento de despesa						MAPA		
Demais elementos do grupo								

TABELA 54 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa	NÃO							
3º elemento de despesa		SE						
Demais elementos do grupo			APLICA					
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa				–				
2º elemento de despesa				SERÁ				
3º elemento de despesa					INFORMADO			
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa						PELO		
2º elemento de despesa							MAPA	
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

TABELA 55 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos pela UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	-	-	-	-
Convite	46.215,60	-	46.215,60	-
Tomada de Preços	338.075,70	-	338.075,70	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	690.346,35	638.193,58	690.346,35	638.193,58
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	375.401,36	402.470,84	375.401,36	402.470,84
Inexigibilidade	94.628,62	95.759,24	94.628,62	75.759,24
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	34.164,68	46.690,27	34.164,68	46.690,27
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	271.017,18	303.315,12	271.017,18	303.315,12
Outros	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SFA/RN/SIAFI 2008-2009

TABELA 56 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados	Valores Pagos		
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa						MAPA		
2º elemento de despesa				INFORMADO	PELO			
3º elemento de despesa			SERÁ					
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa				SE	APLICA			
3º elemento de despesa			NÃO					
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
3390.30	231.268,44	231.207,32	231.268,44	231.207,32	5.713,73	155,80	-	-
3390.33	248.758,05	20.983,14	248.758,05	20.983,14	-	-	-	-
3390.36	21.468,84	160.738,14	21.468,84	160.738,14	-	-	-	-
3390.37	607.657,08	125.361,05	607.657,08	125.361,05	-	-	-	-
3390.39	477.829,60	589.322,27	477.829,60	589.322,27	64.491,03	217.589,22	-	-
3390.47	1.973,15	1.613,73	1.973,15	1.613,73	-	-	-	-
3391.39	15.250,00	7.258,43	15.250,00	7.258,43	8.118,01	-	-	-
3390.92	5.069,28	11.960,89	5.069,28	11.960,89	-	-	-	-
3390.93	1.632,86	3.286,79	1.632,86	3.286,79	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	1.762.856,65	983.691,58

Fonte: SEOF/SFA/RN/SIAFI 2008-2009

TABELA 57 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não processados	Valores Pagos
	Exercícios			

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
34490.52	400,00	202.375,00	400,00	202.375,00	58.270,00	116.982,90	400,00	202.375,00
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa					APLICA			
3º elemento de despesa				SE				
Demais elementos do grupo			NÃO					
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa							APLICA	
2º elemento de despesa			NÃO		SE			

Fonte: SEOF/SFA/RN/SIAFI 2008-2009

TABELA 58 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação: NÃO SE APLICA				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
NÃO SE APLICA						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ... NÃO SE APLICA						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						

2.4.3 Evolução dos Gastos Gerais

TABELA 59- Evolução dos Gastos Gerais na SFA/RN no período de 2007/2009

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	120.288,11	248.758,05	20.983,14
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS			
2.1. Diárias	252.855,26	271.017,18	303.315,12
2.2. Ressarcimento de despesas em viagens	1.800,00	1.632,86	3.286,79
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	-	-	-
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação e Apoio administrativo	581.400,11	607.657,08	125.361,05
3.3 Tecnologia da Informação	-	-	-
3.4 Outras Terceirizações	-	-	-
3.5 Suprimento de Fundos	92.604,92	34.164,68	46.690,27
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	92.604,92	34.164,68	46.690,27

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
5. TOTAIS	1.141.553,32	1.193.398,53	546.326,64

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RN

Análise crítica

A queda na série histórica de 2007/2009 na Evolução dos Gastos Gerais (**Tabela 59**) se deve ao fato da SFA/RN ter permanecido durante o período do primeiro semestre de 2009 sem contratos de prestação de serviços, em que pesem também os esforços da atual gestão em cumprir as determinações de redução de custos determinadas pela CGAS/SE/MAPA. O motivo de tal situação foi que os processos licitatórios passaram por novos procedimentos administrativos a partir de 1º de Janeiro de 2009, por orientação do Núcleo de Assessoramento Jurídico (NAJ) da Advocacia Geral da União (AGU). A mudança provocou uma reformulação geral na instrução dos processos e na respectiva capacitação do pessoal envolvido nesta atividade. Acrescente-se a este fato que o tempo de permanência dos processos em análise no NAJ também sofreu alteração, aumentando os prazos de seu retorno à Superintendência e, conseqüentemente, atrasando o cronograma estabelecido previamente, sem prejuízos às atividades finalísticas.

2.4.4 Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA FITOZOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (Sistema de Gestão da Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO)

2.4.4.1 AÇÃO 2180 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS – FISCPLANTA.

TABELA 60 – Execução Física e Financeira da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	603	0357	2180	A	3	Fiscalização	3.860	3.981	*	9.903,00	6.116,96	*

Fonte: VIGIAGRO/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN * a informação será disponibilizada pelo MAPA

Comentário

A meta atingida no ano de 2009 na Ação FISCPLANTA (3.981 Fiscalizações realizadas) foi inferior ao de 2008 (107 %) devido, talvez, a crise financeira internacional.

2.4.4.2 AÇÃO 2181 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS – FISCANIMAL

TABELA 61 – Execução Física e Financeira da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	604	0357	2181	A	3	Fiscalização Realizada	549	977	*	7.403,00	5.695,86	*

Fonte: VIGIAGRO/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN * a informação será disponibilizada pelo MAPA

Comentário

Na Ação FISCANIMAL a meta prevista para o ano 2009 (977 Fiscalizações realizadas) foi atingida já no mês de agosto devido ao início das exportações de pescado via UVAGRO Aeroporto.

Considerando os índices de execução das metas físicas, avalia-se que a atividade atingiu os resultados, impedindo o ingresso e a disseminação de pragas vegetais e agentes de enfermidades animais, bem como de produtos e insumos agropecuários fora de padrão.

Em relação aos recursos financeiros, no primeiro semestre, a liberação foi efetuada normalmente. Entretanto, no segundo semestre, os recursos foram contingenciados, o que comprometeu atividades como as auditorias que seriam realizadas no primeiro semestre em outras unidades da Federação. Devido ao surto da gripe H1N1, em alguns Estados, as mesmas foram adiadas para o segundo semestre. Em decorrência do contingenciamento de recursos, elas foram adiadas para o ano de 2010.

PROGRAMA 6003 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

2.4.4.3 AÇÃO 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE

2.4.4.4 AÇÃO 005A - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

2.4.4.5 AÇÃO 109D – MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

TABELA 62 – Execução Física e Financeira da Ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
N/A	N/A	6003	3B17 005A 109D	A	4	Contrato Fiscalizado	31	31	*	5.090,13	5.090,13	*

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN * informação a ser disponibilizada pelo MAPA

Cumprimento das metas físicas

Programa 6003 Ações 3B17, 005A e 109D: referem-se à **Fiscalização dos Contratos de Repasses** quanto ao uso dos recursos voluntários aplicados via emendas parlamentares. A meta prevista tem origem em sorteio e refere-se aos contratos de repasse de onze prefeituras, que totalizam 31 contratos, todos fiscalizados. Tais ações impactam positivamente, uma vez que as não conformidades encontradas tornam-se objeto de correção a curto prazo e ponto de atenção para os contratos mais recentes, evitando-se problemas futuros a médio e a longo prazos.

PROGRAMA 0393 – PROPRIEDADE INTELECTUAL

2.4.4.6 AÇÃO 2B47 - FOMENTO A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

TABELA 63 – Execução Física e Financeira da Ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
N/A	N/A	0393	2B47	A	4	Produtor Atendido	01	01	*	1.307,53	1.307,53	*

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

* informação a ser disponibilizada pelo MAPA

Cumprimento das metas físicas

Programa 0393 Ação 2B47: refere-se ao **Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários**, e para o caso do Rio Grande do Norte um dos produtos com potencial Indicação Geográfica (IG) é o Queijo do Seridó para o qual fora celebrado um convênio com o Governo do Estado para a prospecção e efetivação dessa Indicação Geográfica. O impacto dessa ação já começa a ser observado a curto prazo, demonstrado pelo interesse dos produtores em melhorar seus processos produtivos em busca da certificação. A médio e a longo prazos espera-se um desenvolvimento da produção e tecnologia da bacia leiteira do Seridó, com agregação de valor ao queijo ali produzido e a conseqüente melhoria na condição de vida dos pequenos produtores que militam na atividade.

PROGRAMA 1225 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓORGÂNICO

2.4.4.7 AÇÃO 4748 - ORGANIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES ATUANTES EM PRODUÇÃO ORGÂNICA DE ALIMENTOS

TABELA 64 – Execução Física e Financeira da Ação Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica de Alimentos

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
N/A	N/A	1442	4748	A	4	Área de cultivo orgânico	1,6 % da área cultivada	0,4 % da área cultivada	1,6 % da área cultivada no estado até 2015	883,71	883,71	*

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

* informação a ser disponibilizada pelo MAPA

Cumprimento das metas físicas

Programa 1442 Ação 4748: refere-se ao **desenvolvimento da tecnologia de produção de alimentos orgânicos** no estado. Foram realizadas em 2009 reuniões com produtores orgânicos, visitas técnicas a produtores orgânicos de frutas e hortaliças, camarão e ostras, bem como a participação na II Semana de Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFERN), evento que reuniu mais de 1.000 participantes, entre alunos, professores e produtores rurais, número este bem acima do estabelecido pela meta.

Ações que apresentaram problemas de execução

Poucas foram as dificuldades encontradas na realização das ações, por estarem estas dentro de um grau satisfatório de planejamento. Como em toda atividade, houve contratempos e dificuldades, mas nenhuma de importância significativa ou que não pudesse ser solucionada pela equipe atuante.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

As metas estabelecidas estão de acordo com o Planejamento Estratégico do MAPA e nenhuma delas foi superada de forma significativa. Dos três programas desenvolvidos, dois atingiram a meta e um ainda não, salientando-se que para este último a meta está expressa em indicador acumulativo com seu valor final esperado para 2015, ano programado para consolidação da Visão de Futuro prevista pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do MAPA.

Ações prioritárias na LDO

Não se aplicam a estas ações dos programas executados pelo SEPDA/D/SFA/RN.

PROGRAMA 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
2.4.4.8 AÇÃO 2145 – INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS,
SUBPRODUTOS E DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL - INSPANIMAL
TABELA 65 – Execução Física e Financeira da Ação Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal - INSPANIMAL

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	125	0356	2145	A	4	Fiscalização Realizada	36	36	42	167.845,65	161.366,06	*
Resíduos	125	0356	2145	A	4	Fiscalização Realizada	36	36	42	2.047,17	2.042,17	*

Fonte: SIPAG/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

* informação a ser fornecida pelo MAPA

Análise das metas

Quanto ao cumprimento das metas, as mesmas foram atingidas pelos três Setores do SIPAG/DT/SFA/RN, ou seja: a área de inspeção animal, área de inspeção de bebidas e área de classificação vegetal, sendo que esta última até extrapolou no número de estabelecimentos fiscalizados, como já foi analisado anteriormente.

No início do ano houve uma ligeira retração na parte de exportação da área animal, decorrente do retraimento dos mercados americano e europeu, com uma acentuada queda do dólar, o que desestimulou de sobremaneira as exportações. Já no final do ano, o mercado reagiu e as exportações tiveram um pequeno acréscimo, mas muito promissor devido à tendência de melhora.

Registra-se como ponto positivo o recebimento de R\$ 120.000,00, proveniente do DIPOA/SDA/MAPA, pelo INSPANIMAL3, para a aquisição de 02 (dois) veículos, sendo uma camioneta a diesel, 4x4 e um Fiesta Sedam, para incremento dos trabalhos da fiscalização, auditorias, coletas de material e remessa ao Laboratório LANAGRO/Recife/PE, o que ajudou de sobremaneira os trabalhos do SIPAG, solucionando o grave problema enfrentado até então na requisição de veículo da frota oficial da SFA/RN para esta finalidade.

2.4.4.9 AÇÃO 8939 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL
TABELA 66 – Execução Física e Financeira da Ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	125	0356	8939	A	4	Unidade	150	113	97	28.818,14	24.395,46	43.000,00

Fonte: SIPAG/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

Cumprimento das metas físicas e financeiras

Dois pontos em especial devem ser destacados como barreiras ao cumprimento das metas estabelecidas: a) falta de um veículo com sistema de refrigeração, pois, para a coleta de amostras de polpas de frutas e água-de-côco, com vistas à análise fiscal, é necessário contar com a refrigeração deste produto, porque os laboratórios onde são feitas as análises ficam em Recife/PE e Fortaleza/CE. É necessária a manutenção da temperatura do produto, desde o momento da coleta até à sua recepção pelo laboratório, evitando-se o surgimento de alterações na composição dos mesmos. Isso poderia gerar erro nos resultados da análise; b) a questão do repasse de verbas com atraso e a insuficiência dos recursos para que se faça uma fiscalização presente e efetiva no pico de produção do suco do caju e da cachaça.

Em relação às metas financeiras para o ano de 2009 foram somados esforços para se executar os trabalhos com o mínimo de gasto possível de recursos. Os valores das metas previstas e realizadas se aproximaram devido ao aumento dos valores das diárias, conforme estabelece o Decreto nº 6.907/2009. Caso este Decreto não tivesse sido publicado, os gastos teriam sido reduzidos ainda mais.

A equipe deste setor se empenhou ao máximo na busca da concretização das metas ora estabelecidas. Para tanto, o setor conta com 01 (um) Agente Administrativo e 01 (um) estagiário, fundamentais no auxílio de todos os trabalhos desenvolvidos. Vale também salientar o empenho por parte do DIPOV e da Coordenação Geral da Área de Bebidas e Vinagres do MAPA na busca da padronização dos procedimentos operacionais padrão, contribuindo cada vez mais para um trabalho mais eficiente e organizado.

2.4.4.10 AÇÃO 4746 – PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS – PADCLASSIF

TABELA 67 – Execução Física e Financeira da Ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - PADCLASSIF

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	125	0356	4746	A	3	Toneladas	40.000	87.075	*	79.000,00	19.728,65	154.780,00

Fonte: SIPAG/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

* a informação será disponibilizada pelo MAPA

Cumprimento das metas

Ao longo de 2009, a Área de Classificação Vegetal do SIPAG da SFA/RN obteve êxito no alcance de suas metas realizando além do que foi estabelecido. Assim, obteve-se sucesso no que diz respeito às metas estabelecidas pela Gestão Estratégica do MAPA, onde conseguiu-se atingir aproximadamente 93% da meta estabelecida pela AGE.

Foram fiscalizados em 2009, 87.075 toneladas de produtos de origem vegetal padronizados, o que nos proporciona 217% da meta estabelecida. Tal fato deve-se ao aumento da fiscalização de trigo e alho importados que foram internalizados por esse estado no ano de 2009, representando um volume de 81.000 toneladas. No que diz respeito às fiscalizações do mercado interno, obteve-se um cumprimento de 94% da meta definida pela CGQV, quanto ao volume de produtos fiscalizados, totalizando 9400 toneladas e de 100% no número de estabelecimentos fiscalizados.

PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA**2.4.4.11 AÇÃO: 2134 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS.****TABELA 68 – Execução Física e Financeira da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	603	0357	2134	A	3	Fisc. realizada	9.500	9.808	12.000	105.473,00	30.581,35	89.748,00

Fonte: SEDESA/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

Cumprimento das metas físicas – Esta meta é imprescindível para o estado do Rio Grande do Norte, pois dentre as unidades da federação, é a única a ser reconhecida pelo MAPA, APHIS/USDA e COSAVE, como uma área livre da praga *Anastrepha grandis* (mosca das cucurbitáceas), o que lhe permite exportar para os EUA e Mercosul as cucurbitáceas, sem a necessidade de realizar qualquer tratamento quarentenário.

Além da área livre citada, o estado é homologado junto aquelas organizações para exportar Manga e Mamão tendo em vista ter demonstrado cientificamente, a baixa prevalência das principais moscas de frutas que atacam aqueles produtos. Manter esse status é primordial para o fruticultor, uma vez que ele disporá de mais mercado para exportação de seus produtos.

Esta manutenção é feita através de duas ações principais: monitoramento das pragas e constante vigilância nas principais entradas do estado, de modo a impedir a introdução de pragas ausentes no estado. Daí a necessidade de manter as atuais barreiras zoofitossanitárias, onde são executadas as fiscalizações das partidas de vegetais, seus produtos e insumos que entram no RN.

2.4.4.12 AÇÃO 8572 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS**TABELA 69 – Execução Física e Financeira da Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	603	0357	8572	A	3	Hectare	16.3290	16.3290	80.000	191.998,00	28.942,49	44.569,00

Fonte: SEDESA/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

Comentários

No caso da ação em pauta, o indicador utilizado é o **ha** (hectare), que corresponde à área total ocupada com as culturas onde se desenvolveram uma ou duas das metas preconizadas para a ação. Por exemplo, para as áreas de cucurbitáceas, manga e mamão e destinadas à exportação, todas são monitoradas e passam pela inspeção fitossanitária, quer seja no campo ou nas casas de embalagens, (por ocasião das exportações), o que significa que 100% sofrem o controle sanitário.

Nas outras culturas, é feita uma amostragem para se executar o levantamento de detecção para as pragas ausentes e, dentro dessas áreas são examinadas plantas que, porventura, apresentem qualquer sintoma semelhante ao da praga em estudo. Caso não se comprove em campo que realmente se trata da praga, são coletadas amostras para envio a laboratórios credenciados para um diagnóstico mais preciso.

Como nos levantamentos realizados nenhuma das pragas em estudo foi detectada, pode-se afirmar que: até o presente o estado está livre das mesmas e, que não houve maiores dispêndios de recursos por parte dos produtores para o controle de pragas, o que significou maior lucro na sua produção.

2.4.3.13 AÇÃO 21390000 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS

TABELA 70 – Execução Física e Financeira da Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
		0357	2139	A	3	Unidade	12.300	13.762	15.000	*	*	*

Fonte: SEDESA/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

* a informação será disponibilizada pelo MAPA

Comentários

Os dados da realização física correspondem ao somatório de fiscalizações em postos fixos de fiscalização de trânsito e barreiras móveis, com o número de GTA's emitidas para o trânsito interestadual de animais. Tendo como indicador de efetividade o percentual de controle do trânsito intra e interestadual de animais e seus produtos e subprodutos livres de doenças, pode-se concluir por um resultado satisfatório.

Os recursos financeiros utilizados na realização das atividades fiscalizatórias e de supervisão nos trabalhos dos técnicos do órgão executor estadual resultaram em uma maior cobertura do trânsito e do efetivo dos rebanhos animais existentes no Estado. Verificou-se uma execução acima do previsto, em decorrência da intensificação de realização de barreiras móveis, no objetivo de contenção e controle da disseminação da Peste Suína Clássica, no Estado, a partir do foco primário ocorrido em março/2009. As atividades desenvolvidas pelo órgão executor estadual foram custeadas com recursos dos convênios vigentes na área de defesa animal, MAPA/SFA/RN/IDIARN N° 001/2005 e 001/2008.

2.4.4.14 AÇÃO 86580000 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS – PCEANIMAL

TABELA 71 – Execução Física e Financeira da Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - PCEANIMAL

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
		0357	8658	A	3	Unidade	10.600	21.133	23.000	202.470,44	202.470,44	*

Fonte: SEDESA/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

* a informação será disponibilizada pelo MAPA

Comentários

Conforme já explicado no **item 2.3.1.3** deste Relatório de Gestão 2009, esta Ação inclui a execução física e financeira dos seguintes programas sanitários nacionais do MAPA: a) Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA; b) Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina – PNCRH; c) Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose – PNCEBT; d) Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos – PNSAA; e) Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE; e f) Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos – PNSS.

2.4.4.15 AÇÃO 48420000 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

TABELA 72 – Execução Física e Financeira da Ação Erradicação da Febre Aftosa

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
		0357	4842	A	3	Km2	53.306,08	53.306,08	52.797	8.260,24	8.260,24	*

Fonte: SIPAG/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

* a informação será disponibilizada pelo MAPA

Comentários

Com base em todo o trabalho realizado pelos FFA's médicos veterinários do SEDESA/SFA/RN, se conclui por uma boa eficácia em termos de resultados alcançados. Quanto à efetividade, em decorrência do acúmulo de atividades na coordenação, a nível local de outros programas sanitários, ficou aquém do programado.

PROGRAMA 0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

2.4.4.16 AÇÃO 2179 – FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS – FISCALSEM 1

TABELA 73 – Execução Física e Financeira da Ação Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM 1

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	603	0375	2179	A		Fiscalização Realizada	398	373	*	38.550,48	26.586,82	*

Fonte: SEFAG/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

* a informação será disponibilizada pelo MAPA

2.4.4.17 AÇÃO 2141 – FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES – FISFECOI 1

TABELA 74 – Execução Física e Financeira da Ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI 1

F u n c i o n a r i a m e n t o	S u b f u n c i o n a r i a m e n t o	P r o g r a m a	A ç ã o	T i p o d e A ç ã o	P r i o r i d a d e	U n i d a d e d e M e d i d a	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010

							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	603	0375	2141	A		Fiscalização Realizada	280	110	*	12.999,34	9.284,40	*

Fonte: SEFAG/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

* a informação será disponibilizada pelo MAPA

2.4.4.18 AÇÃO 2124 – FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL – FISCINAN

TABELA 75 – Execução Física e Financeira da Ação Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal - FISCINAN

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	603	0375	2124	A		Fiscalização Realizada	100	77	*	19.687,40	9.635,25	*

Fonte: SEFAG/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

* a informação será disponibilizada pelo MAPA

2.4.4.19 AÇÃO 2140 – FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO – FISPROVET 1

TABELA 76 – Execução Física e Financeira da Ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET 1

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2010
20	603	0375	2140	A		Fiscalização Realizada	210	223	*	14.311,80	10.136,90	*

Fonte: SEFAG/DT/SPA/SAD/SEOF/SFA/RN

* a informação será disponibilizada pelo MAPA

Comentários

Observando-se as Tabelas apresentadas verifica-se que o custo institucional das ações, dado o uso de ferramentas modernas de trabalho e o atendimento preciso das demandas, apresenta-se em queda. As ações de custos mais elevados compreendem aquelas que estão em processo de adaptação ao plano de Boa Prática de Fabricação (BPF) e que demandam mais tempo para verificação de conformidade. Algumas ações que carecem de recursos humanos e que exigem maior atenção no cumprimento das conformidades de produtos apresentam significativa baixa no atendimento às metas.

2.4.4.20 Ação 4716 - Manutenção dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUT

TABELA 77 - Execução Física e Financeira da Ação Manutenção dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas na SFA/RN

VALOR PROVISIONADO	VALOR EXECUTADO	PERCENTUAL UTILIZADO
792.908,75	792.789,40	99,98%

Fonte: SIAFI/2009

No exercício de 2009 foi provisionado nesse PI, créditos orçamentários da ordem de R\$ 792.908,75 e executado o montante de R\$ 792.789,40, praticamente quase 100% do que foi planejado, conforme o demonstrativo na **TABELA 77**.

2.4.5 Indicadores de Desempenho ou Institucionais

Conforme já apresentado, os diversos serviços executados pela SFA/RN possuem metas específicas sendo que o conjunto de indicadores está pautado no Planejamento Estratégico do MAPA, representado pelo seu Mapa Estratégico (**Figura 1, Anexos**).

O Mapa Estratégico, seguindo a metodologia *Balanced Score Card (BSC)*, está desenhado em quatro perspectivas: **Pessoas e Processos** (clientes internos) e **Parceiros e Sociedade** (clientes externos) que desdobram-se em vinte e cinco **Objetivos Estratégicos**, com suas respectivas **Tarefas e Resultados Estratégicos**, cuja avaliação se dá através dos **Indicadores dos Resultados Estratégicos**. A leitura lógica deste Mapa é feita em linha ascendente, tendo como base o investimento em **Pessoas**, que melhoram os **Processos**, interagindo com os **Parceiros** do Agronegócio em benefício da **Sociedade**.

Para as Superintendências Federais dos estados, como é o caso desta UJ, os indicadores de grande impacto estão associados aos objetivos estratégicos localizados na perspectiva de Melhoria de Processos. São elas:

1) LIGADAS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E COOPERATIVISMO (SDC):

1.1 - SDC.R1 - SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEIS IMPLANTADOS

Indicadores:

- 1 - Variação relativa da área de produção agropecuária em Sistemas Sustentáveis
- 2 - Implementação de Programas e Projetos para Intensificar a Adoção de Sistemas de Integração Lavoura - Pecuária - Silvicultura e Plantio Direto na Palha (ha)
- 3 - Número de Projetos de microbacias hidrográficas apoiados

1.2 - SDC.R2 - AMPLIAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL PROTEGIDO, DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

Indicadores:

- 1 - Número de Tecnologias Agropecuárias Protegidas
- 2 - Nº de projetos apoiados por área foco (biotecnologia, agricultura de precisão, recursos genéticos, transferência de tecnologia e indicação geográfica de produtos agropecuários)

1.3 - SDC.R3 - COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO ESTIMULADO

Indicadores:

- 1 - Número de Entidades Atendidas pelo DENACOOOP
- 2 - Número de Entidades Assistidas nas Regiões Norte e Nordeste – NorCoop

1.4 - SDC.R4 - PROBLEMAS DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA MINIMIZADOS

Indicadores:

- 1 - Volume de produtos exportados por portos da Região Norte/Nordeste
- 2 – Volume da produção transportada por modas

3 – Percentual de obras prioritárias em andamento

2) Ligadas a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA):

2.1 - SDA.R1 - PROMOVER A GARANTIA DA SAÚDE ANIMAL E A SANIDADE VEGETAL

Indicadores:

- 1 – Número de auditorias executadas
- 2 – Controle de erradicação de febre aftosa
- 3 – Tempo de resposta nas ocorrências fitossanitárias
- 4 – Área livre de sigatoka negra caracterizadas ou ampliadas
- 5 – Índice de fitossanidade
- 6 – Conformidade temporal de resposta das análises laboratoriais
- 7 – Percentual de unidades de Vigiagro implantadas
- 8 – Tempo de resposta nas ocorrências sanitárias

2.2 - SDA.R2 - CONFORMIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS ASSEGURADA

Indicadores:

- 1 – Índice de Conformidade de Insumos Agropecuários
- 2 – Percentual de estabelecimentos com Boas Práticas de Fabricação

2.3 - SDA.R3 - EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTRO EM INSUMOS AGROPECUÁRIOS

- 1 - Conformidade dos registros de insumos agropecuários
- 2 - Percentual de agrotóxicos com registro por equivalência

2.4 - SDA R4 - QUALIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL ASSEGURADA (CONFORMES E SEGUROS)

- 1 – Índice de Conformidade de produtos de origem animal e vegetal
- 2 - Taxa percentual de estabelecimentos de produtos de origem vegetal com medidas de controle sanitário implantados

2.5 - SDA.R6 - TOTALIDADE DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL COM INSPEÇÃO OFICIAL

- 1 - Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal
- 2 - Nº de Solicitações Oficiais para Adesão ao SISBI

2.6 - SDA.R7 - EDUCAÇÃO SANITÁRIA INSERIDA EM TODOS OS PROGRAMAS, PROJETOS, AÇÕES E CONVÊNIOS DA SDA

- 1 - Número de Convênios, programas, projetos, ações que contém atividades de Educação Sanitária

Conforme pode-se observar, trata-se de indicadores bastante específicos que derivam dos trabalhos de planejamento iniciados em 2004, capitaneado pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE/DF) em

conjunto com todas as Secretarias do Ministério da Agricultura. Os indicadores variam quanto ao tipo de leitura, podendo ser:

- de leitura direta com polaridade positiva (quanto maior melhor), como por exemplo, o “numero de entidades atendidas pelo DENACOOOP”,
- variações relativas em determinado período, como “variação relativa da área de produção agropecuária em sistemas sustentáveis”, também de polaridade positiva, considera a área cultivada com orgânicos e a produção integrada em relação ao total de área cultivada;
- obtido através de fórmula como “índice de conformidade de insumos agropecuários”, obtido através da fórmula: $IC = 0.6 * IA + 0.4 * IV$, onde:

IC = Índice de conformidade

IA = Índice de conformidade de produtos processados de origem animal ((0,7* (nº relatórios de auditoria conformes/nº total relatórios de auditoria) + 0,3 * (nº de amostras de produtos em conformidade/total de amostras analisadas))

IV = Índice de conformidade de produtos de origem vegetal ((0,5* (nº de estabelecimentos inspecionados - vinhos e bebidas/nº de estabelecimentos programados na LOA - vinhos e bebidas) + (0,5* nº de amostras de produtos em conformidade - classificação vegetal/nº total de amostras analisadas - classificação vegetal)).

De extensa complexidade e pluralidade de matérias – animal, vegetal, agronegócio, indústria, comércio, exportação, importação, insumos, produtos acabados, segurança alimentar, entre muitos outros – o abrangente universo do Ministério da Agricultura vem sendo acompanhado e medido nas SFA's através de Relatórios de Análise Estratégica – RAE - elaborados sempre sob a orientação da AGE/MAPA. No caso específico da SFA/RN, particularmente um dos três únicos estados brasileiros a concluir o relatório em 2009, o documento em trinta e nove páginas relata todos os indicadores descritos acima, seguidos de comentários e análise individual de cada um deles, destacando os fatores positivos, pontos de atenção, conseqüências caso não sejam observados os pontos de atenção e recomendações para melhoria dos processos. Ao final, o quadro resumo sintetiza a atual situação da SFA e a posição de cada departamento em relação ao que foi realizado e no atendimento das metas propostas de cada indicador, seguido dos comentários considerados de maior relevância, conforme demonstrado na Figura 3 (Anexos).

Desta forma, em que pese as dificuldades contemporâneas caracterizadas pelas constantes mudanças e atribuições do cenário mundial, a SFA/RN vem lutando para cumprir sua Missão Institucional **“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio brasileiro”**, de uma forma orientada e voltada para resultados, buscando superar resistências e inovar suas características de gestão, confiante de que, junto com as demais Superintendências, atingir-se-á a Visão de Futuro do MAPA, projetada para 2015: **“Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”**.

3. Informações sobre a composição de recursos humanos

TABELA 78 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	96	96	105

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Próprios	96	96	105
Requisitados	-	-	-
Celetistas	05	05	-
Cargos de livre provimento	3	3	3
Estatutários	-	-	-
Não Estatutários	3	3	-
Terceirizados			
Total	104	104	105

Fonte: SRH/SAD/SFA-RN

TABELA 79 - Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	98	2.990.940,12	135.690,42	2.990.940,12	291.840,66	194.254,81		
2008	99	3.301.697,86	140.211,35	2.601.524,98	310.142,41	202.932,10		
2009	96	4.247.299,13	146.782,82	3.917.616,13	392.590,78	178.030,53		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	01	4.645,56		8.499,20	355,46	2.187,76		
2008	01	4.768,64		8.909,97	2.041,23	2.271,03		
2009	04	215.401,73	209.983,73	31.046,62	2.445,49	6.025,32		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	03	31.255,70	81.255,70	2.474,22	525,20	1.317,33		
2008	03	102.175,97	98.785,25	8.852,46	1.259,22	4.536,00		
2009	03	106.229,88	103.229,88	6.785,21	2.950,82	3.982,87		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007			Não					
2008			se					
2009			aplica					
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007			Não					
2008			se					
2009			aplica					
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo R\$	Qtd.	Custo R\$	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	19	288.641,90	17	311.194,21	Não	Não	17	48.912,26
2008	19	293.208,60	17	319.369,90	se	se	07	30.601,29
2009	17	125.361,05	-	-	aplica	aplica	10	42.242,20

Fonte: CGRH/SPOA/SE/MAPA – SRH/SAD/SFA/RN

TABELA 80 - Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área-Fim no Exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade Quantidade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
Observação: <i>Não se aplica</i>									

Análise crítica

Alguns serviços da atividade-fim estão com deficiência de pessoal técnico para exercer as atividades prestadas ao agronegócio potiguar. Entre estes encontram-se a vigilância internacional agropecuária e a fiscalização de insumos agropecuários, conforme foram relatados nos **itens 2.3.2.2 e 2.3.2.19** deste Relatório de Gestão.

A atividade-meio, por sua vez, encontra-se com deficiência quantitativa e qualitativa. Somado a estes fatos há uma defasagem salarial no quadro do pessoal permanente da área de apoio técnico-administrativa, o que resulta em um baixo desempenho nessas atividades de importante suporte às atividades finalísticas da SFA/RN. Acrescente-se ainda a carência na qualificação e capacitação do pessoal, atenuado a partir de 2009 com a implantação da Gestão Estratégica na SFA/RN, com a realização de oficinas e videoconferências voltadas para mudanças de comportamento dos servidores e de processos organizacionais.

As necessidades de pessoal, antes existentes, estão sendo supridas com a realização do concurso público para a admissão de novos servidores de apoio administrativo (Agentes Administrativos) previsto para o ano de 2010, destinando 9 (nove) vagas para a SFA/RN. Atualmente, estas deficiências estão sendo atendidas através do programa de estágio profissional remunerado e de terceirização, como é o caso dos motoristas.

Foi elaborado em 2009 o Plano Anual de Capacitação e Treinamento, seguindo orientações da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoal (CGDP) da Secretaria-Executiva do MAPA. As demandas estão sendo atendidas conforme o cronograma estabelecido por aquela Coordenação Geral.

O impacto da terceirização atinge apenas algumas carreiras do serviço público em extinção, como é o caso dos motoristas oficiais. Para que não ocorra solução de continuidade justifica-se a sua contratação através de mão-de-obra terceirizada.

Na política remuneratória dos servidores o que se nota é que há uma grande discrepância salarial entre a área-fim e a área-meio, provocando, juntamente com a deficiência em sua capacitação, uma baixa alta estima nos servidores que atuam na área de suporte técnico-administrativo, resultando em uma baixa produtividade nestes serviços.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (*não se aplica*)

5. Inscrição de restos a pagar no exercício e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

TABELA 81 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	129.468,78	27.861,87	101.606,91	-
2007	127.980,38	36.675,22	91.305,16	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	126.795,57	61.170,39	65.625,18	-
2007	129.468,78	91.305,16	38.163,62	-
...				
Observações:				

Fonte: SEOF/SAD/SFA-RN

Análise crítica

A estratégia utilizada pela SFA/RN na inscrição de Restos a Pagar Processados é quando a Nota Fiscal é recebida até o dia 31 de Dezembro do ano do exercício e lançada no Sistema SIAFI, passando o seu pagamento para o ano seguinte. A inscrição em Restos a Pagar Não Processados ocorre quando a Nota Fiscal não chega até o dia 31 de Dezembro do ano do exercício, o seu crédito é automaticamente lançado para o ano seguinte.

Foram atendidos aos limites de Restos a Pagar Processados e de Restos a Pagar Não Processados estabelecidos pelo MAPA.

Não houve a permanência de Restos a Pagar, sejam Processados ou Não Processados, para mais de um exercício financeiro, assim como também não houve nenhum entrave de gestão orçamentária e financeira em relação a Restos a Pagar Processados e Não Processados.

6. Informações sobre as transferências (recebidas e realizadas) no exercício

TABELA 82 - Quadro de Detalhamento de Transferências Vigentes no Exercício de 2009 na SFA/RN

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
420013		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – SDC/MAPA							
130007		Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	701895	COOPERCR UTAC	104.911,00	5.195,00	99.716,00	-	31/12/2009	29/1/2010	0
1	633886	IDIARN	5.397.238,00	594.862,00	4.926.224,00	-	08/07/2008	31/12/2010	0
1	53101	IDIARN	1.610.277,36	105.000,00	1.505.277,36	-	21/12/2005	31/12/2009	0
1	708862	SEDEC/RN	103.316,00	6.945,00	96.371,00	-	31/12/2009	30/8/2010	0
2	31809	P.M.Afonso Bezerra	122.500,00	2.500,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	74229	PM Almino Afonso	132.600,00	2.600,00	130.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
420013		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – SDC/MAPA							
130007		Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida	Repasse	Repa	Vigência		Sit

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

				a Pactuada	total até o exercício	sse no exercício	Início	Fim	.
2	72761	PM Alto do Rodrigues	133.250,00	3.250,00	130.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	66600	PM Antonio Martins	123.510,00	3.510,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	35417	PM Apodí	270.750,00	20.750,00	250.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	74941	PM Ares	103.994,47	3.994,47	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	63801	PM Boa Saúde	103.400,00	3.400,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	32075	PM Bodó	103.500,00	3.500,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	65234	PM Bom Jesus	134.000,00	4.000,00	130.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	65295	PM Caiçara Rio dos Ventos	145.000,00	5.000,00	140.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	74285	PM Caicó	145.700,00	5.700,00	140.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	43456	PM Carnaubais	125.500,00	2.500,00	123.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	75755	PM Ceará Mirim	130.600,00	10.600,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	75744	PM Ceará Mirim	233.775,00	8.775,00	225.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	55058	PM Cerro Corá	207.800,00	7.800,00	200.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	74144	PM Coronel Ezequiel	104.500,00	4.500,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	74006	PM Encanto	143.500,00	3.500,00	140.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	91395	PM Florânia	133.250,00	3.250,00	130.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	87854	PM Francisco Dantas	128.500,00	28.500,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	42829	Governador Dix Sept Rosado	144.500,00	4.500,00	140.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0

Quadro de Detalhamento de Transferências

Concedente(s)

UG / CNPJ	Denominação
420013	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – SDC/MAPA
130007	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repassé total até o exercício	Repassé no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
2	69838	Governador Dix Sept Rosado	103.500,00	3.500,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	75185	PM Grossos	102.600,42	2.600,42	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	38191	PM Ipanguaçu	136.530,00	16.530,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	71383	PM Itajá	148.350,00	18.350,00	130.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	26595	PM Janduí	154.500,00	4.500,00	150.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	74119	PM Jardim de Piranhas	230.625,00	5.625,00	225.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	27332	PM Jardim do Seridó	124.600,00	4.600,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	10082	PM Jundiá	127.797,00	4.797,00	123.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	80150	PM Lagoa de Pedra	103.900,00	3.900,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	82654	PM Luís Gomes	122.400,00	2.400,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	89704	PM Major Sales	123.900,00	3.900,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	42043	PM Mossoró	132.594,00	9.594,00	123.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	51262	PM Passagem	124.500,00	4.500,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	24080	PM Pedra Grande	123.000,00	3.000,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	31644	PM Pedra Grande	102.500,00	2.500,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	44024	PM Pendências	123.000,00	3.000,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	74222	PM Rafael Godeiro	132.600,00	2.600,00	130.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
420013		Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – SDC/MAPA							
130007		Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA							

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
2	39152	PM Rafael Godeiro	102.500,00	2.500,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	88622	PM Riacho de Santana	102.500,00	2.500,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	70874	PM Santa Maria	127.886,00	7.886,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	77377	PM Santan do Seridó	102.500,00	2.500,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	74094	PM São José Seridó	136.125,00	11.125,00	125.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	32109	PM São Miguel Gostoso	178.500,00	3.500,00	175.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	11120	PM São Tomé	124.500,00	4.500,00	120.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0
2	73859	PM São Tomé	104.500,00	4.500,00	100.000,00	-	31/12/2009	31/12/2010	0

Fonte: SPA/SEDESA/SEPDAG/DT/SFA/RN

Análise crítica

A maioria das transferências efetuadas no exercício de 2009 para as prefeituras municipais foi relacionada às Emendas Parlamentares. Foram atendidos 49 municípios no estado do Rio Grande do Norte, totalizando R\$ 6.601.972,89 (seis milhões, seiscentos e um mil e novecentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos). Estas Emendas Parlamentares foram destinadas às seguintes atividades nos referidos municípios:

a) *patrulha mecanizada*: dotar o município de estrutura para um apoio mais eficaz à agricultura familiar, principalmente no que se refere ao preparo do solo e ao plantio no sistema de distribuição de chuvas na região do Semi-Árido, que é irregular e escasso. O benefício viabiliza a agricultura de sequeiro para uma melhoria da colheita da safra.

b) *construção de abatedouro*: contribui para a melhoria das condições sanitárias no abate de animais tornando o produto de origem animal de maior segurança alimentar e de saúde pública para os consumidores do município.

c) *construção e reforma de mercados públicos*: contribui para a melhoria das instalações de mercados públicos municipais destinados à comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e de produtos de origem animal. Também colabora para uma maior segurança alimentar e para a melhoria da saúde pública.

d) *construção e melhoria de estradas vicinais*: contribui para tornar mais ágil o acesso da produção agropecuária municipal aos pontos de distribuição da comercialização dos referidos produtos.

No que se referem aos recursos transferidos para o órgão estadual de execução da defesa e inspeção agropecuária - IDIARN (relatados no item 2.3.2.11, à página 30 deste Relatório de Gestão) a finalidade foi a instalação e a manutenção do sistema estadual de defesa e inspeção agropecuária do Rio Grande do Norte. Os recursos repassados contribuíram para a instalação física e logística do IDIARN e de sua rede de 12 escritórios regionais, denominados Unidades Locais de Sanidade Agrícola e Vegetal (ULSAV), condição imprescindível para que o MAPA possa delegar as ações estabelecidas no Plano de Trabalho daquela

autarquia estadual. Neste contexto o Governo do Estado estruturou técnico e administrativamente o IDIARN se responsabilizando pela contratação de pessoal especializado, fato que viabilizou a execução das ações delegadas, principalmente no Programa de Erradicação da Febre Aftosa (**vide item 2.3.2.15.**), contribuindo para a mudança do Rio Grande do Norte na classificação de risco para a Febre Aftosa, de *risco desconhecido* para *risco médio*, proporcionando a oportunidade de caminhar a passos largos para *zona livre, com vacinação*.

O convênio firmado com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC) tem como finalidade aproveitar o trabalho realizado na Região do Seridó na cadeia produtiva de beneficiamento do leite. Os recursos repassados destinaram-se a obter a certificação de Indicação Geográfica (IG) para o queijo produzido naquela região do sertão potiguar, um diferencial que agrega valor na sua comercialização.

Finalmente, os recursos repassados para o CRUTAC da UFRN destinaram-se à capacitação de pequenos artesãos, através de suas cooperativas nas comunidades rurais do Rio Grande do Norte.

Todos estes repasses foram acompanhados por técnicos da SFA/RN, conferindo sua aplicabilidade “in loco”.

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA (*não se aplica*)

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS (*não se aplica*)

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS (*não se aplica*)

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS (*não se aplica*)

11. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno

11A. Recomendações do Órgão ou Controle Interno

Não houve relatório com recomendações à SFA/RN efetuadas por órgão ou unidade de Controle Interno no exercício de 2009.

11B. Determinações e Recomendações do TCU

TABELA 83 - Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte					00014
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	014.075/2008-9	3121/2009-PL/1	1.5.1	DE	OFÍCIO Nº 676/2009-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte					00014
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5. Determinar:</p> <p>1.5.1. à Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte, haja vista as falhas levantadas nos itens 1.1.1.1. e 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 208.361, de 31/03/2008, de autoria da Controladoria Regional da União no Rio Grande do Norte, que:</p> <p>a) implante mecanismos de planejamento para a realização de despesas, com base em levantamentos das reais necessidades dos materiais/bens a serem adquiridos durante o exercício, calcados em informações oriundas dos sistemas de controle do Almoxarifado, bem como na programação orçamentária, evitando a utilização indevida do suprimento de fundos, previsto no art. 45 do Decreto nº 93.872/1986 e nos Acórdãos nºs 2.959/2007, 2.285/2005 e 210/2006, todos da 1ª Câmara;</p> <p>b) abstenha-se de adquirir material permanente ou realizar despesa de capital mediante suprimento de fundos, por contrariar a Macrofunção SIAFI nº 02.11.21; e</p> <p>c) observe os limites estabelecidos no Parágrafo 1º do art. 2º da Portaria MF nº 95, de 19/04/2002, para a realização de despesas de pequeno vulto com recursos de suprimentos de fundos.</p> <p>1.5.2. à Controladoria-Geral da União/RN que verifique nas próximas contas da Unidade o cumprimento das determinações acima.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Administração					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>a) Determinado pelo Superintendente a proibição de qualquer aquisição fora das normas pertinentes e legalmente exigíveis, a partir de Fevereiro de 2008.</p> <p>b) Foi feito o Pregão Eletrônico, por registro de preço, com abrangência para todas as necessidades da SFA/RN, de acordo com o Parecer do NAJ/RN, a partir de maio de 2008.</p> <p>c) Nada foi adquirido desde fevereiro de 2008. Só foram feitas aquisições de acordo com a Cartilha da CGU, desde Fevereiro de 2008.</p> <p>Em 23/09/2009 foi encaminhado ao Assessor Especial de Controle Interno do Gabinete do Ministro (AECI/GM) o Ofício Nº 1050/2009 – GAB/SFA/RN/MAPA, acusando o Ofício Nº 27869/2009/CGU-R/RN/CGU-PR, datado de 01/09/2009, e encaminhando o Plano de Providências relacionado ao cumprimento da determinação do TCU. Este mesmo procedimento foi adotado quanto ao seu encaminhamento ao Chefe da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte, mediante o Ofício 0992/2009 – GAB/SFA/RN/MAPA, datado de 18/09/2009.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Informamos que no ano de 2009 (dois mil e nove), foi um ano atípico para a administração da Superintendência Federal de Agricultura/RN, haja vista, no ano anterior (2008), no mês de dezembro, foram encerrados todos os contratos de prestação de serviços, e no início e no decorrer do exercício de 2009, foram instaurados todos os processos licitatórios para a contratação das empresas de prestação de serviço e para aquisição de bens e/ou serviços para o desenvolvimento das atividades fins desta Superintendência Federal de Agricultura/RN.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo					

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

gestor					
<p>A não aquisição com o Suprimento de Fundos em função da determinação do Superintendente Federal de Agricultura no Rio do Norte, em virtude da notificação da CGU/RN, para o exercício financeiro de 2008, trouxe alguns transtornos para o desenvolvimento das atividades administrativas da SFA/RN.</p> <p>Em virtude da inexistência a época dos normativos que regulamentavam o uso do Suprimento de Fundos, e a inexistência de contratos para a aquisição de alguns produtos de material de expediente, lâmpadas, cartuchos, toner, e outros produtos de pequena monta, provocou um transtorno na condução das atividades laborais desta SFA/RN, prejudicando de maneira as atividade fins desta Superintendência Federal de Agricultura no RN.</p> <p>Outrossim, as atividade fins elencadas abaixo ficaram prejudicadas, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fertilizantes: serviços de fiscalização de indústria e comércio de fertilizantes, coleta de amostras, envio de resultados, pedidos de importação, renovação de registros e todos os serviços que envolvem o controle da qualidade e trânsito dos fertilizantes utilizados no estado do Rio Grande do Norte. - Sementes e mudas: serviços de fiscalização de viveiros e pontos de comercialização de sementes e mudas, coleta de amostras, envio de resultados, credenciamento e renovação de registros, elaboração de boletins de análise e todos os serviços que envolvem o controle da qualidade e trânsito de mudas e sementes utilizadas no estado do Rio Grande do Norte. - Ração animal: serviços de fiscalização de indústria e comércio de rações, coleta de amostras, envio de resultados, credenciamento e renovação de registros e todos os serviços que envolvem o controle da fabricação, qualidade e trânsito de rações utilizados no estado do Rio Grande do Norte. - Medicamentos Veterinários: serviços de fiscalização de comércio de medicamentos veterinários, coleta de amostras, envio de resultados, pedidos de importação, renovação de registros e todos os serviços que envolvem o controle da qualidade, comercialização e trânsito dos medicamentos veterinários utilizados no estado do Rio Grande do Norte. - Para todas as atividades elencadas acima, são emitidos certificados, laudos, pareceres, atestados e outros documentos impressos. 					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte					00014
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	012.001/2007-8	432/2009	1.5.1	DE	OFÍCIO Nº 103/2009-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte					00014
Descrição da Deliberação:					
1.5.1 determinar à Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte que emita pronunciamento no relatório de auditoria das próximas contas da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte – SFA/RN, sobre o efetivo cumprimento do item 9.2.7 do Acórdão nº 921/2003 – TCU – 1ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Administração					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>O assunto compete à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do MAPA, pois depende de liberação de recursos orçamentários e financeiros para quitar a pendência existente junto ao INSS relacionada ao recolhimento da GFIP – Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, a partir de janeiro de 1999. O montante da dívida se estende às demais Superintendências Federais de Agricultura em outros estados, de acordo com as informações repassadas por uma das Agências de Arrecadação do INSS sediada nesta cidade.</p> <p>Esta pendência é necessária para a obtenção da Certidão Negativa de Débito - CND perante o INSS, único</p>					

documento que falta para cumprir a exigência legal na regularização na Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) da área onde está localizado o Edifício Sede desta SFA/RN.

O gestor da SFA/RN encaminhou correspondências neste sentido à SPOA/Mapa (Ofícios de N°s 0237/2004-SAD/GAB/DFA/RN, de 24/03/2004, reiterado pelo Ofício N° 055/2007-SAD/GAB/SFA/RN, de 05/02/2007) e pelo Ofício n° 0679/2008-SAG/SAD/GAB/SFA/RN, de 09/06/2008. Em 23/09/2009, foi encaminhado ao Assessor Especial de Controle Interno do Gabinete do Ministro (AECI/GM) o Ofício N° 1050/2009 – GAB/SFA/RN/MAPA, acusando o Ofício N° 27869/2009/CGU-R/RN/CGU-PR, datado de 01/09/2009, e encaminhando o Plano de Providências relacionado ao cumprimento da determinação do TCU. Este mesmo procedimento foi adotado quanto ao seu encaminhamento ao Chefe da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte, mediante o Ofício 0992/2009 – GAB/SFA/RN/MAPA, datado de 18/09/2009. Portanto, considera-se que a providência independe do gestor da SFA/RN.

Síntese dos resultados obtidos

Em que pese as tentativas do Gestor da SFA/RN em solucionar a situação, elas têm sido inócuas, em face da decisão final envolver a liberação de recursos orçamentários e financeiros para a quitação do débito do MAPA junto ao INSS. O Gestor apurou o total do passivo junto àquela autarquia federal, inclusive o passivo das demais Superintendências, comunicando o fato ao senhor Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo do MAPA, durante reunião dos Superintendentes da Região Nordeste, realizada em Salvador/BA no exercício de 2009.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O não atendimento à recomendação do TCU decorre dos motivos já apresentados. Acrescente-se que a quitação do débito da GFIP – Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, a partir de janeiro de 1999 é a única condição restante para que a SFA/RN possa proceder ao registro na Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) da área onde está localizado o seu Edifício Sede. Os demais documentos exigidos já estão devidamente organizados.

Fonte: SAD/SFA-RN

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

TABELA 84 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão praticados no exercício de 2009

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC QUANTIDADE
Admissão	4	-
Desligamento	-	-
Aposentadoria	2	1
Pensão	15	5

Fonte: SRH/SFA-RN

13. Registros atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV (vide ANEXOS, Figuras 4 e 5)

14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

15. Informações contábeis da gestão (vide ANEXOS, Figura 6)

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

ANEXOS

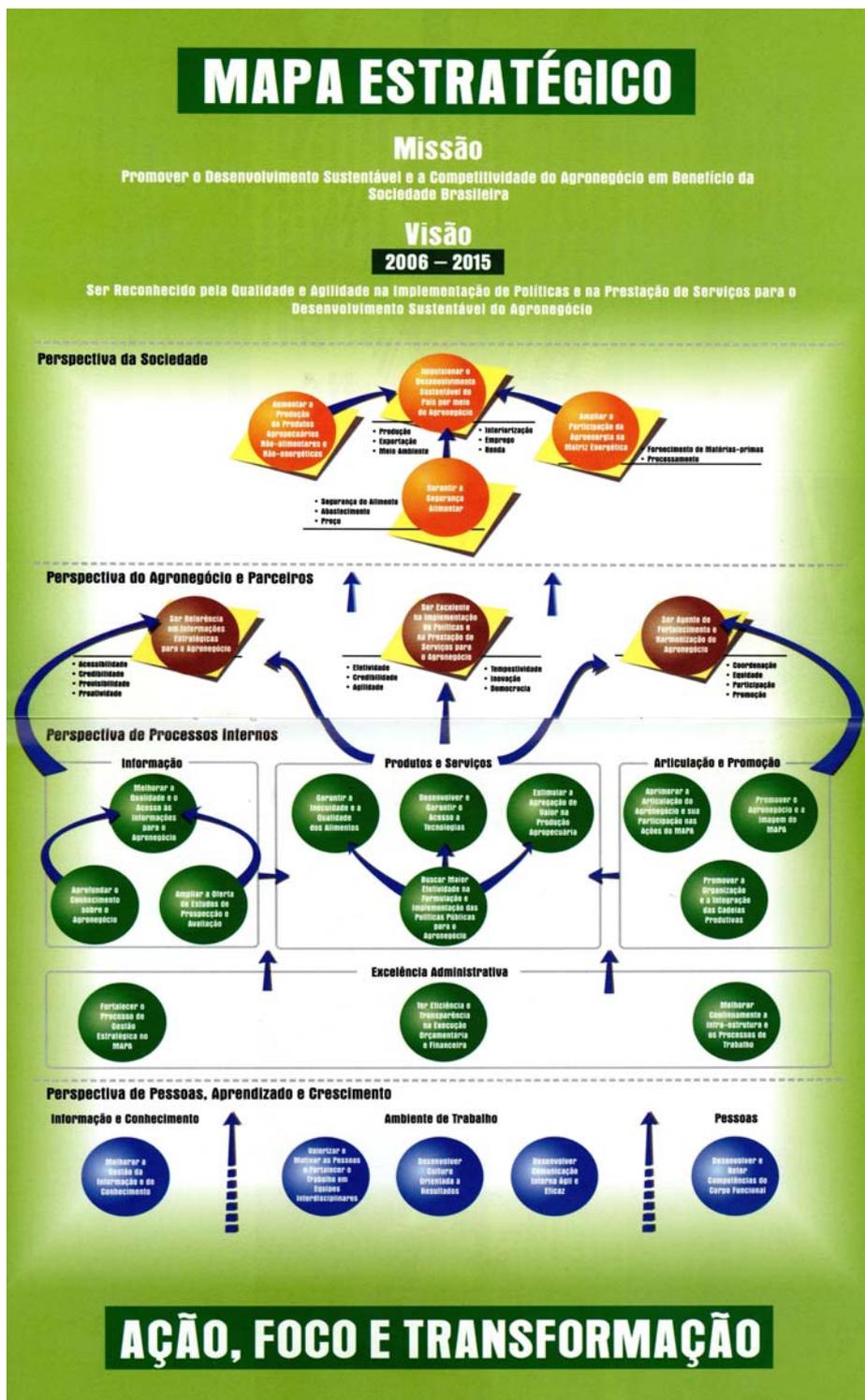


FIGURA 1 – Mapa Estratégico 2006/2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (*in* Plano Estratégico/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: MAPA/AGE, 2006. Pgs. 23/23)

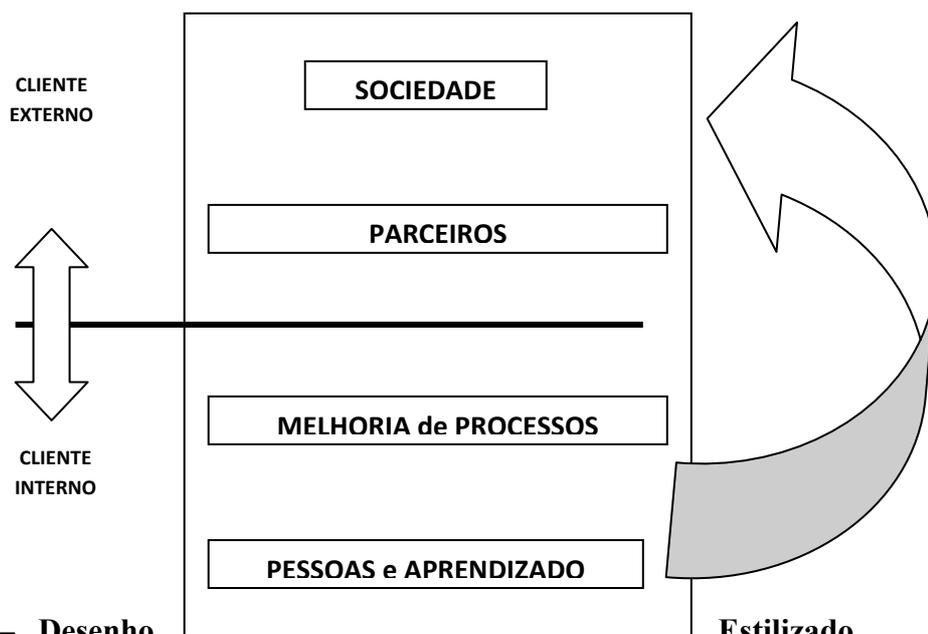


FIGURA 2 – Desenho Estratégico do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

1. SITUAÇÃO CONSOLIDADA SFA/RN

4º TRIMESTRE DE 2009

T4	UNIDADE ORGANIZACIONAL	RESULTADOS ESTRATÉGICOS	AValiação DE DESEMPENHO ATÉ O PERÍODO
	GABINETE DO SUPERINTENDENTE	1) Processo de Gestão Estratégica Consolidado 2) Sistema de Comunicação Integrada do Mapa implantado 3) Contas do MAPA certificadas pela CGU e TCU	Principais Produtos 1) Mapa de Aprendizagem concluído e realização 1º RAE 2) 8 matérias publicadas internas e 14 matérias externas 3) Contas certificadas com ressalvas Principais Desafios/Pontos de Atenção 1) Cenário 2010 requer grande esforço pela solução de continuidade2))
	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO	1) Gestão por Competência Implantada 2) Espaço físico do Mapa reordenado e reformado 3) Modelo de segurança da informação do Mapa implantado	Principais Produtos 1) Realizado treinamento com avaliação 2) Reforma do Auditório e renovação dos computadores Principais Desafios/Pontos de Atenção 1) Estimular servidores a capacitação
	SEPDAG	1) Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados 2) Ampliação do capital Intelectual protegido, desenvolvimento tecnológico e inovação no agronegócio implantados 3) Projetos de fomento e desenvolvimento agropecuário Problemas de infraestrutura e logística minimizados	Principais Produtos 1) Comissão orgânicos formada 2) Projeto Indicação Geográfica queijo Seridó 3) 49 municípios contemplados com recursos para modernização 4) Volume significativo de exportação de frutas e pescado pelo porto Natal Principais Desafios/Pontos de Atenção 1) Manter convênios e acompanhar os existentes 2) Ultimar esforços para melhoria de obras de logística
	SEDESA e VIGIAGRO	1) Sistema Zoofitossanitário implantado e operacional em todo o território nacional. 2) Educação Sanitária inserida em todos os programas, projetos, ações e convênios da SDA.	Principais Produtos 1) Área livre Sigatoka negra/A. Grandis e aftosa risco médio 2) Ações e convênios de Educação Sanitária Principais Desafios/Pontos de Atenção 1) Estimular auditorias e convênios 2) Não há projeto de Educação Sanitária
	SEFAG	1) Conformidade dos insumos agrícolas e pecuários assegurada.	Produtos Gerados: 1) Média de conformidade – 75,36 % Principais Desafios/Pontos de Atenção 1) Ampliar quadro FFA setor insumos pecuários
	SIPAG	1) Qualidade dos produtos de origem vegetal assegurada (conformes e seguros). 2) Totalidade dos estabelecimentos (abatedouros) com inspeção oficial.	Principais Produtos 1) Índice de conformidade acima de 75 % animal/vegetal Principais Desafios/Pontos de Atenção 1) Nenhuma adesão ao SISBI

Status		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
--------	---	-------------------	---	-------------------------	---	--------------------	---	---------------------

FIGURA 3 - Resumo Consolidado do Relatório de Análise Estratégica (RAE) da SFA/RN no Quarto Trimestre de 2009 (Fonte: GAB/SFA/RN)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e
Abastecimento no Rio Grande do Norte – SFA/RN

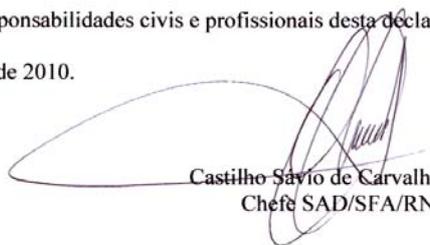


DECLARAÇÃO

Declaro que todas as informações referentes aos contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Administração de Serviços Gerais – SIASG conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008, o item 13 do anexo II da DN TCU nº 100, de 07/10/2009, da Portaria TCU nº 389, de 30/12/2009, da Portaria CGU nº 2270, de 04/11/2009 e Norma de Execução nº 03, de 04/11/2009.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Natal, 24 de março de 2010.


Castilho Sávio de Carvalho Silva
Chefe SAD/SFA/RN

Avenida Hildebrando de Góis, 150 Ribeira Natal Rio Grande do Norte – Cep: 59010-700
Telefone: (084) 4006-9802 Fax: (084) 4006-9650

Figura 4 – Declaração sobre Disponibilidade e Atualização de Informações no Sistema de Administração de Serviços Gerais (SIASG) no Exercício de 2009 na SFA/RN



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e
Abastecimento no Rio Grande do Norte – SFA/RN



DECLARAÇÃO

Declaro que todas as informações referentes a convênios e contratos de repasse estão disponíveis e atualizadas no SICONV, no que concerne as informações de responsabilidade dessa Unidade Jurisdicionada, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, o Item 13 do anexo II da DN TCU nº 100, de 07/10/2009, Portaria TCU nº 389, de 30/12/2009, Decisão Normativa nº 100, de 07 de outubro de 2009 anexo II item 13, Portaria CGU nº 2270 de 04/11/2009 e Norma de Execução nº 3, de 04/11/2009.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Natal, 24 de março de 2010.


Eválio Pereira
Chefe Divisão Técnica - DT/ SFA/RN

Avenida Hildebrando de Góis, 150 Ribeira Natal Rio Grande do Norte – Cep: 59010-700
Telefone: (084) 4006-9679 Fax: (084) 4006-9650

Figura 5 – Declaração sobre Disponibilidade e Atualização de Informações no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV no Exercício de 2009 na SFA/RN

RELATÓRIO DE GESTÃO 2009 – SFA/RN

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - RN			130023
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 11229.08.00 – FALTA OU IRREGULARIDADE DE COMPROVAÇÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	24 de fevereiro de 2010
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n°	006624/T – GO

FIGURA 6 – Declaração do Contador Responsável pela SFA/RN